



Handwritten signatures and initials in blue and purple ink, including 'P. i', 'f', 'g', and 'r'.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S.
PEDRO DO SUL**

Relatório de Gestão e Contas - 2019

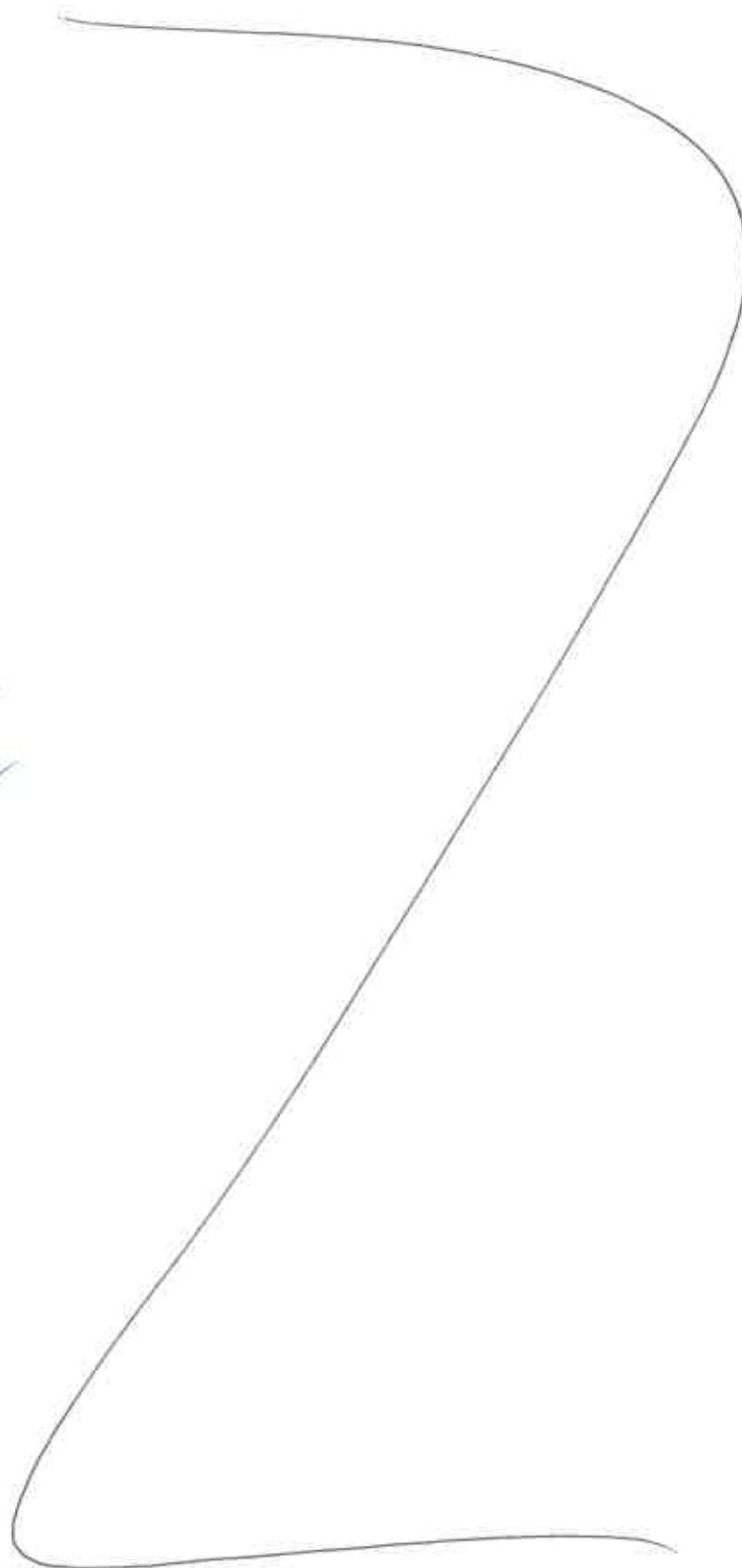
março/2020

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.

Cr. 4
for
Guedes
W
B
12/8



Relatório de Gestão e Contas

2019

O ano de 2019, apesar das dificuldades e desafios de gestão adicionais com que nos defrontamos, continuou a confirmar a trajetória de qualidade do trabalho da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS), pelo que nos orgulhamos do estatuto de instituição de referência na região, de sermos uma instituição inclusiva; uma instituição moderna que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade, não só pelos serviços prestados como pelo conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais, bem como pela dedicação contínua do nosso corpo de colaboradores.

Continuamos a verificar a falta de alavancagem pública para investimento na requalificação e modernização das respostas sociais mas, não obstante este facto, trilhamos um caminho de remodelação gradual e sustentado nas receitas próprias e donativos de mecenas, que levam a depreciações anuais na ordem dos 280 mil euros em 2019.

O investimento, a par do acréscimo contínuo do custo com pessoal e à não verificação de alienação de património neste último ano levam ao registo de um resultado líquido em recuperação mas, ainda, em valores negativos de cerca de 117 mil euros.

Tomando como nota estes indicadores, pautamo-nos por tempos de exigência acrescida, de rigor crescente, transparência e busca permanente de eficiência nos meios para podermos dar continuidade aos projetos estruturantes, mantendo a qualidade e níveis de serviço nas respostas atuais.

É cada vez mais claro e já não somos só nós que afirmamos que, não obstante as vicissitudes com que nos deparamos, há consciência plena de que a situação geral das instituições que, como nós, desenvolvem um papel social fundamental em substituição do Estado, é desafiante face aos constrangimentos colocados e às exigências acrescidas. Essas vicissitudes e, os atrasos nas compensações financeiras das entidades de tutela, estão a colocar muitas instituições do setor social com falhas grave de tesouraria e em risco de encerramento. Tal implica em nós uma dedicação contínua e muita resiliência.

Apelando à colaboração contínua de toda a comunidade, olhemos em frente, ultrapassemos os desafios e lutemos pela Causa Social.

José Fernandes, Provedor

Handwritten signatures and marks in black, blue, and purple ink, including a large stylized 'R' shape.

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	7
Mesa da Assembleia Geral	7
Mesa Administrativa.....	7
Conselho Fiscal	7
Identificação da Entidade	7
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	8
Missão.....	8
Visão	8
Valores.....	8
Objetivos estratégicos - período 2018-2020	9
FACTOS RELEVANTES.....	12
1.º Trimestre.....	12
2.º Trimestre.....	12
3.º Trimestre.....	13
4.º Trimestre.....	13
SÍNTESE DE INDICADORES	16
1. Evolução do total de despesas	16
2. Evolução do total de proveitos.....	19
3. Evolução do resultado líquido do exercício.....	24
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	27
5. Proposta de aplicação de resultados.....	31
NOTA FINAL	32
ANEXOS.....	34
Anexo 1 – Relatório de Contas	35
Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal	78
Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral	80

Relatório de Gestão e Contas - 2019

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 11 de janeiro de 2019, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 16 de dezembro de 2018, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2019, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2019 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes aspetos no ano de 2019:

- Cash flow de 164.564,72€;
- Autonomia Financeira de 90,80%;
- Custos com pessoal no montante de 2.120.948,68€;
- Subsídios do ISS - Instituto da Segurança Social, IP no montante de 1.679.424,23€ (não se verificou compensação salarial do M. Educação no Pré-escolar);
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2019 de -116.958,16€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam uma recuperação do RLE, mantendo-se, contudo, este em valores ainda negativos, contribuindo para tal o impacto negativo da não existência de alienação de património imobiliário como nos anos anteriores e da continuação de agravamento dos custos com o pessoal e depreciações. Positivamente, registamos o acréscimo das participações e subsídios/acordos, pelo que registamos uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos e superior ao ano anterior e uma autonomia financeira superior a 90%.

Abordamos o relatório de contas de 2019 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano de 2019, bem como dos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelas receitas.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Em 31 de dezembro de 2019:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretário – Valentim Francisco Bizarro

Mesa Administrativa

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – António Henrique Pinho Correia Almeida

Secretário – António Fernandes Almeida Pinto

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente – Eduardo Rodrigues Silva

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretário – Maria João Santos Tavares Jorge

Corpos Gerentes em mandato para o quadriênio 2019-2022, eleitos em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2018.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º6 em São Pedro do Sul.





POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o Instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas;
- Satisfação dos utentes;
- Envolvimento dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição;
- Cumprimento dos requisitos legais e melhoria contínua da Instituição.

Objetivos estratégicos - período 2018-2020

No plano estratégico aprovado para o triênio 2018-2020 registamos como uma das principais linhas de força, para o triênio, o movimento defensor dos direitos e deveres dos cidadãos, em situação de vulnerabilidade social. Igualmente incontornável é, prosseguindo a sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e, estudar e ponderar eventuais novas áreas de intervenção, atendendo a novas necessidades e serviços que eventualmente se possam implementar no edifício do antigo hospital.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujos projetos de especialidade estão em elaboração, bem como encetar as prioridades e, consequentemente, estruturar o respetivo projeto de arquitetura/especialidades para a intervenção no edifício do antigo hospital. Em relação a esta última prioridade, encontrando-se o projeto de arquitetura já aprovado pela Câmara Municipal e ISS, estão também a finalizar-se os projetos de especialidade, para a reconversão do edifício para Hotel Geriátrico.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição, é também preocupação, no sentido de transformar a MSPS numa Instituição Inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos**Associativismo:**

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos;
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços;
- Rever a capacidade da ERPI – Lar de Idosos e Lar de Grandes Dependentes.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação;
- Estabelecer acordo para CD – Centro de Dia e rever acordo SAD.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade;
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Estruturar e divulgar política de mecenato e patrocínios.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos;
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congêneres.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual;
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ;
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia está assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, consequentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação mais alargada.



FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Cerimónia pública de tomada de posse dos Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia Geral de 16 de dezembro do ano anterior, para o quadriénio 2019-2022.
- Num espírito de cooperação interinstitucional e partilha de recursos, renovamos o protocolo com a ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões, no qual disponibilizamos para utilização da ASSOL a sala de Snoezelen e esta entidade promove para os nossos utentes sessões de yoga do riso e oficinas de dança.
- Foi celebrado um protocolo comercial com a Farmácia da Misericórdia (Isabel Serra Unipessoal, Lda), prevendo descontos comerciais para os colaboradores e membros dos órgãos sociais, na aquisição de medicamentos e outros produtos.
- Promovemos a 01 de março o desfile de carnaval infantil, tendo-se associado a MUT e o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul à iniciativa.
- Assinatura de protocolo com a Edenred Portugal, SA, para a aceitação dos Euroticket Creche, como forma de pagamento da Creche e Pré-escolar.
- Integramos a organização de Torneio de Sueca Interinstitucional entre as várias IPSS do concelho, tendo o torneio iniciado a 14 de março.

2.º Trimestre

- Decorreu a XVI edição da Feira do Livro (03 a 05 de abril), sempre com o objetivo da promoção da cultura e de hábitos de leitura desde a infância.
- Consulta de mercado e estudo comparativo para o fornecimento de combustíveis rodoviários e respetiva assinatura de acordo comercial com o Intermarché de S. Pedro do Sul – combustíveis.
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da Av. Sá Carneiro, em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em junho.
- Foi realizado simulacro de incêndio no âmbito das MAP – Medidas de Autoproteção, no edifício da ERPI Casa da Quinta – Lar de Idosos.
- Assinalando o Dia da Europa, promovemos a 09 de maio a iniciativa cultural “Festa da Europa”, mobilizando as várias IPSS do concelho numa apresentação e partilha de experiências entre utentes.

- Assinalamos o dia do padroeiro com a tradicional procissão entre a capela de S. António e a sede da Instituição, seguida da celebração eucarística e da bênção das crianças finalistas do jardim (Pré-escolar).
- Aplicação do questionário de avaliação de satisfação anual junto dos utentes, familiares e parceiros das várias respostas sociais da Instituição, com a respetiva divulgação dos resultados.

3.º Trimestre

- Obtivemos o parecer técnico positivo por parte da Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia do ISS para o licenciamento da ERPI Hotel Geriátrico, tendo o próprio Projeto de Arquitetura sido aprovado pelo Município de São Pedro do Sul, com parecer favorável da Autoridade de Saúde local.
- Foi entregue a nova viatura de 9 lugares adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, adquirida para o Centro de Dia – Casa das Amoreiras.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, concluiu-se novo processo de concurso para a aquisição de serviços de manutenção anual de equipamentos de combate a incêndios (extintores, BIA, centrais, etc.).
- Foi apresentada nova candidatura ao PROCOOP para o estabelecimento de novo acordo de cooperação para o Centro de Dia.
- Procedeu-se a concurso para alteração de solução de equipamento de cópia/Impressão central (serviços de secretaria/administração).
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento que detemos no edifício da R. do Querido, em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em agosto.
- Em setembro procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para a ERPI Casa da Quinta – Lar de Idosos, contemplando o alargamento das vagas reservadas à Segurança Social para 10 utentes.

4.º Trimestre

- Procedemos ao lançamento do concurso para a prestação de serviços de ROC/SROC – Revisão Oficial das Contas.
- Foi assinado contrato de comodato com a cedência da Quinta de Vendabões para a atividade de pastoreio: utilização para pastagem de animais ou de produção de forragens, garantindo como contrapartida a manutenção da sua limpeza.
- Foi assinada com o ISS, IP, adenda ao acordo de cooperação de Creche para manutenção do complemento de comparticipação financeira pela prática de horário de funcionamento alargado.

- 
- Concluiu-se a remodelação de um apartamento detido por herança concretizada em 2019 e que detemos no edifício da R. das Amoreiras, em São Pedro do Sul, tendo-se colocado o mesmo no mercado de arrendamento em novembro.
 - No âmbito da referida herança existe um ativo contingente relacionado com aplicações financeiras cuja movimentação só é passível de ser concretizada no exercício de 2020.
 - Procedemos ao teste e concurso para o fornecimento de fraldas e dispositivos de incontinência.
 - Obtivemos a aprovação da candidatura em parceria com a Misericórdia de Oliveira de Frades no âmbito do POAPMC – Apoio Alimentar às Pessoas mais Carentes, para a distribuição de géneros alimentares para um período de 4 anos.

Conjugando estes factos relevantes com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão, fazemos o seguinte balanço.

**No sector
patrimonial, em
termos de
investimento**

- Foi concluído e aprovado o projeto de arquitetura para a remodelação/beneficiação do edifício do Antigo Hospital (Hotel Geriátrico).
- Não se iniciou remodelação da ERPI - Lar de Grandes Dependentes, atendendo ao constrangimento na elaboração dos projetos de especialidade.
- Atendendo à situação financeira da área de infância, não se avançou com elaboração de projeto de remodelação gradual do edifício correspondente.
- Foi adquirida e disponibilizada viatura de 9 lugares adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida para o Centro de Dia.

**No sector
patrimonial, em
termos de
desinvestimento**

- Sem alienações incorridas no ano.

**Em termos de
ações de
natureza
estratégica**

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado no ano num volume de 4.597,5 horas de formação.
- Foi apresentada candidatura ao PROCOOP para acordo de cooperação do Centro de Dia, não tendo decorrido no ano candidaturas para o SAD e CATL.
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos, tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados e pessoal administrativo e auxiliar.
- Manutenção em regime de prestação de serviços, o contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Em termos de instituições bancárias de referência, manutenção da relação comercial com o Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco e Millennium BCP, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades.
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.
- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista "Caminho no Tempo", newsletters, notas de imprensa.

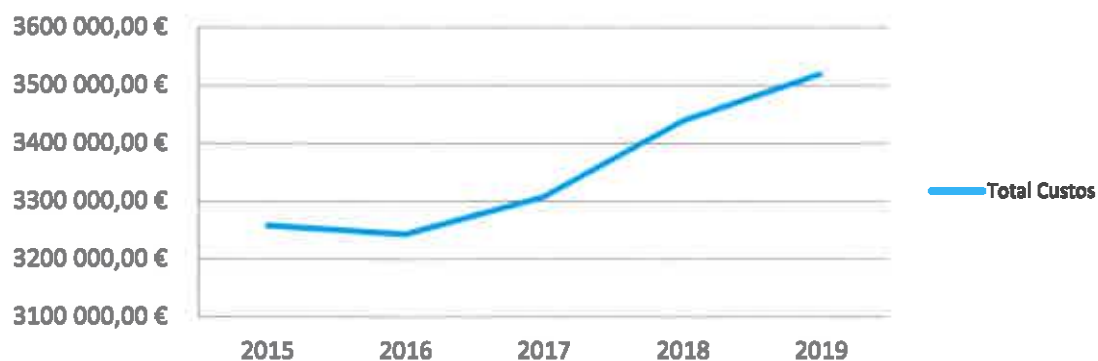
SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de despesas

O volume de despesas correntes foi em 2019 de 3,52 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,34% face ao ano anterior.

Evolução do Total Geral de Custos

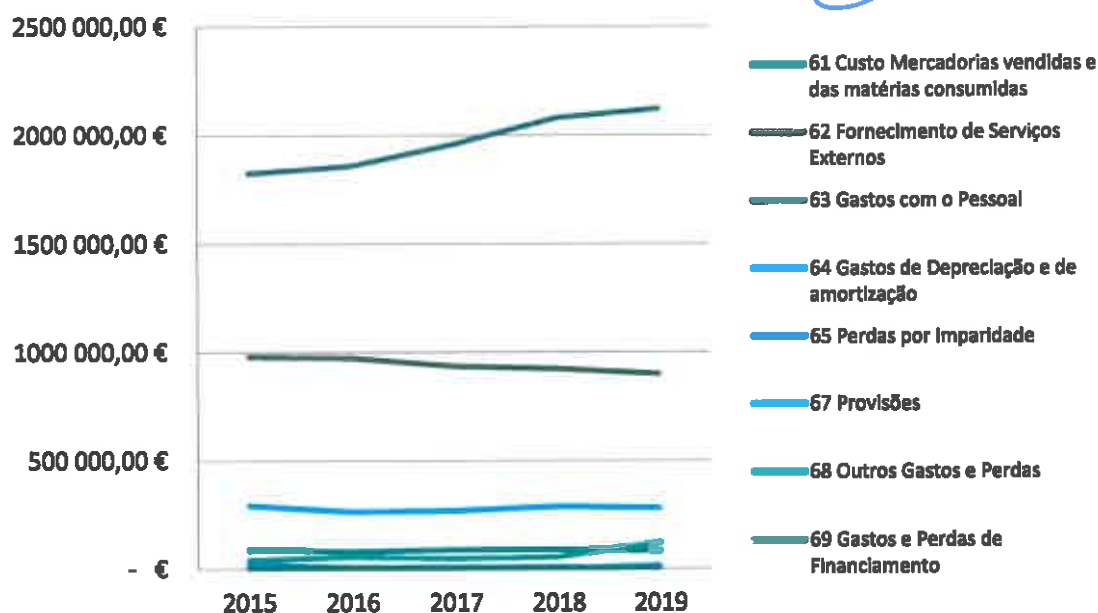


Destacamos, ainda e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores: agravamento (já esperado no orçamento) dos custos com o pessoal, motivado pela atualização da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; a continuação da redução dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos; a atenuação das depreciações e amortizações; e o forte agravamento de outros gastos e perdas (121,32%), atendendo a aplicação de coima por parte da Segurança Social e Autoridade Tributária.

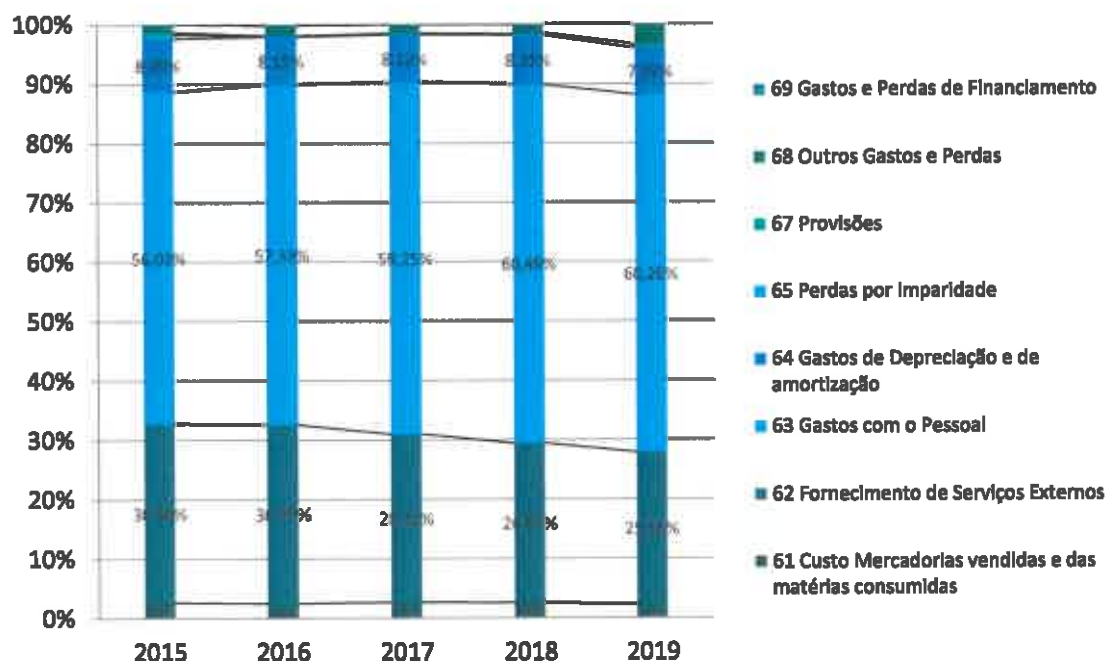
Reforce-se que de forma geral a estrutura de despesa está estável ou em decréscimo, sendo que o agravamento geral de custos se prende essencialmente com a evolução dos encargos com pessoal e à aplicação extraordinária das coimas supra referidas. De facto, neste período de 2015 a 2019, a RMMG passou de 505€ para 600€, com progressão mais acentuada de 2016 para 2017 e sucessivamente. Esta progressão representa uma subida de 18,8% cujo impacto não se tem conseguido ainda equilibrar na íntegra pela redução de outras despesas ou acréscimo de proveitos. Por seu lado, o impacto das coimas é, em termos relativos, de 34.362,02€ acrescido de provisão de 13.997,25€ (total: 48.359,27€).

Da totalidade dos custos, os encargos com pessoal, apesar de crescerem em 2019, têm uma representação ligeiramente inferior no total de custos (60,26%). Destaca-se, ainda como grande rubrica de despesa, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual se reduz para 25,56% no mesmo ano.

Evolução dos totais de Custos por tipo

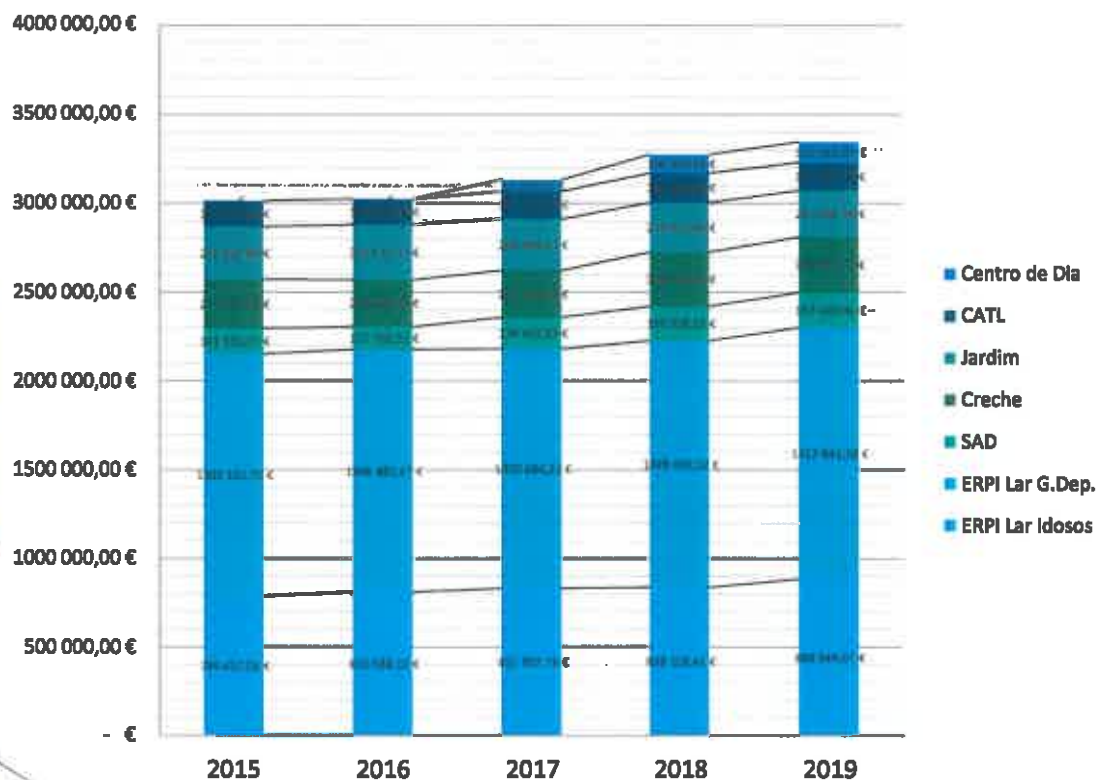


Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas

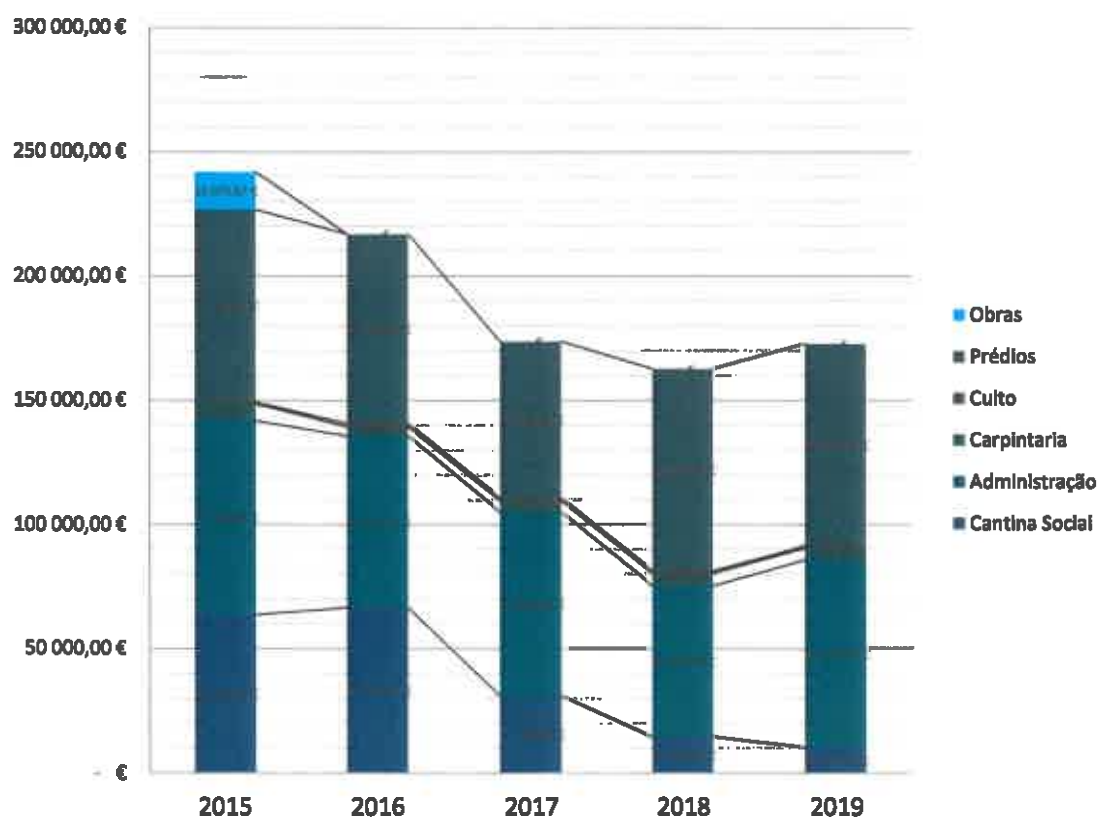


A distribuição da despesa por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 74% dos gastos e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 40% do total.

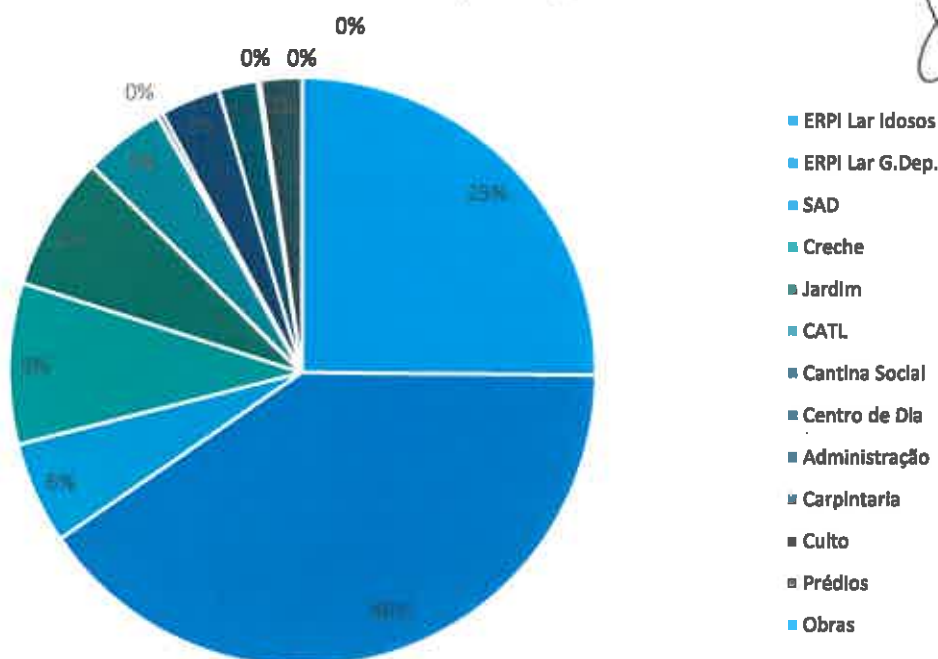
Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas



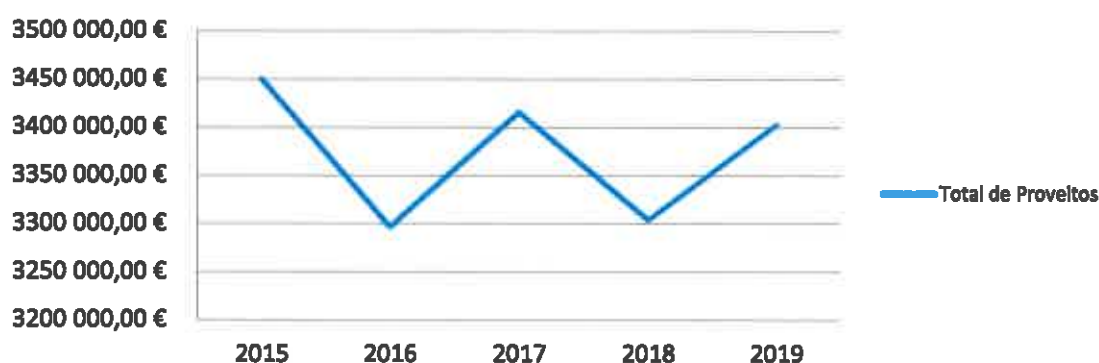
Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2019



2. Evolução do total de proveitos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os proveitos, registamos um volume de receitas correntes de 3,40 milhões de euros em 2019, o que representa um acréscimo de 2,99% face ao ano anterior.

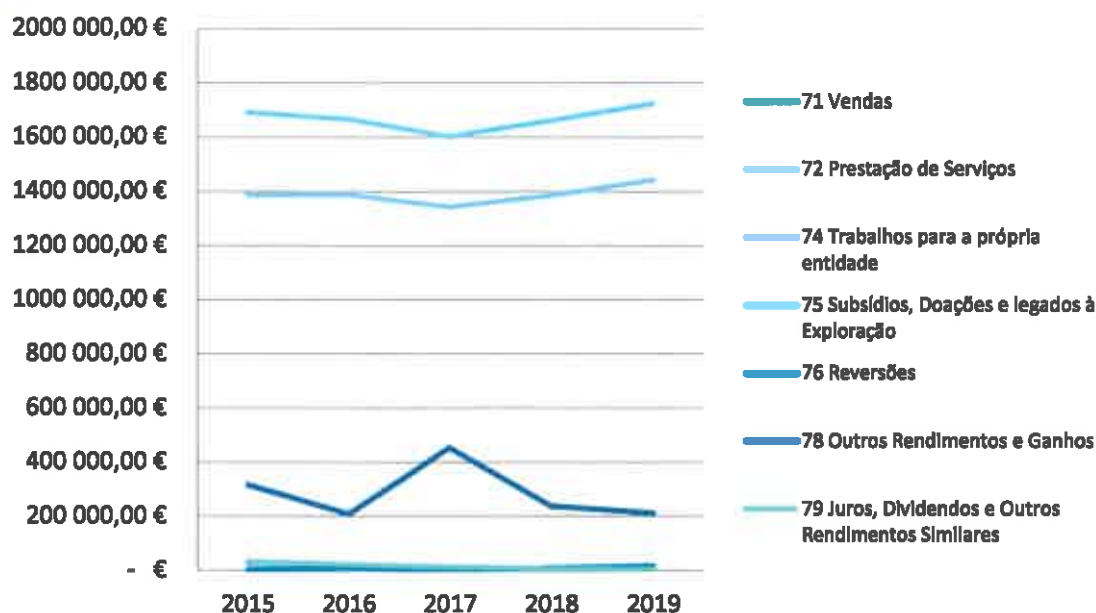
Evolução do Total Geral de Proveitos



Discriminando a estrutura dos proveitos, verificamos uma preponderância dos subsídios, doações e legados à exploração, em continuidade de processo de recuperação no ano de 2019, com uma quota de 50,68% do total de proveitos no ano, o que representa um crescimento de 3,80% face ao ano anterior.

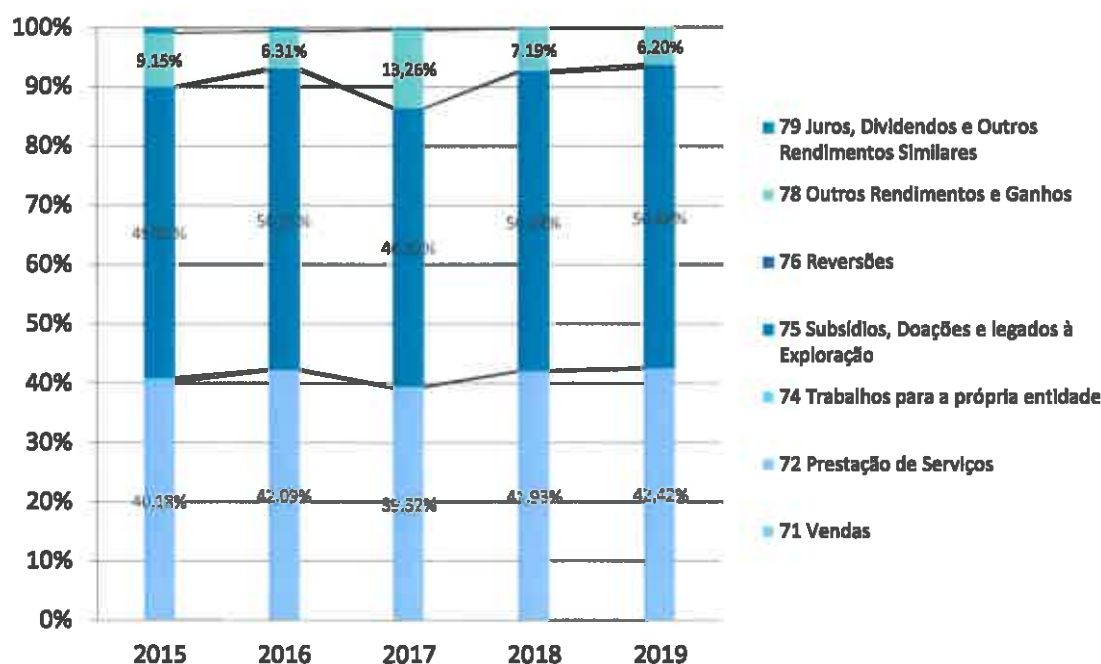
Segue-se a prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares), com 42,42% em 2019 traduzindo uma subida de 4,21% face ao ano anterior, em linha com as revisões contratuais.

Evolução dos totais de Proveltos por tipo



Pela negativa, destaca-se a redução de 11,07% nos “Outros rendimentos e ganhos”, em virtude de não se ter verificado alienação de património no ano de 2019 (prédios rústicos ou urbanos), bem como a redução de 47,92% dos “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, penalizada pela descida contínua das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam cerca de menos 29.000€ por comparação a 2015.

Evolução do Peso Percentual de Proveltos



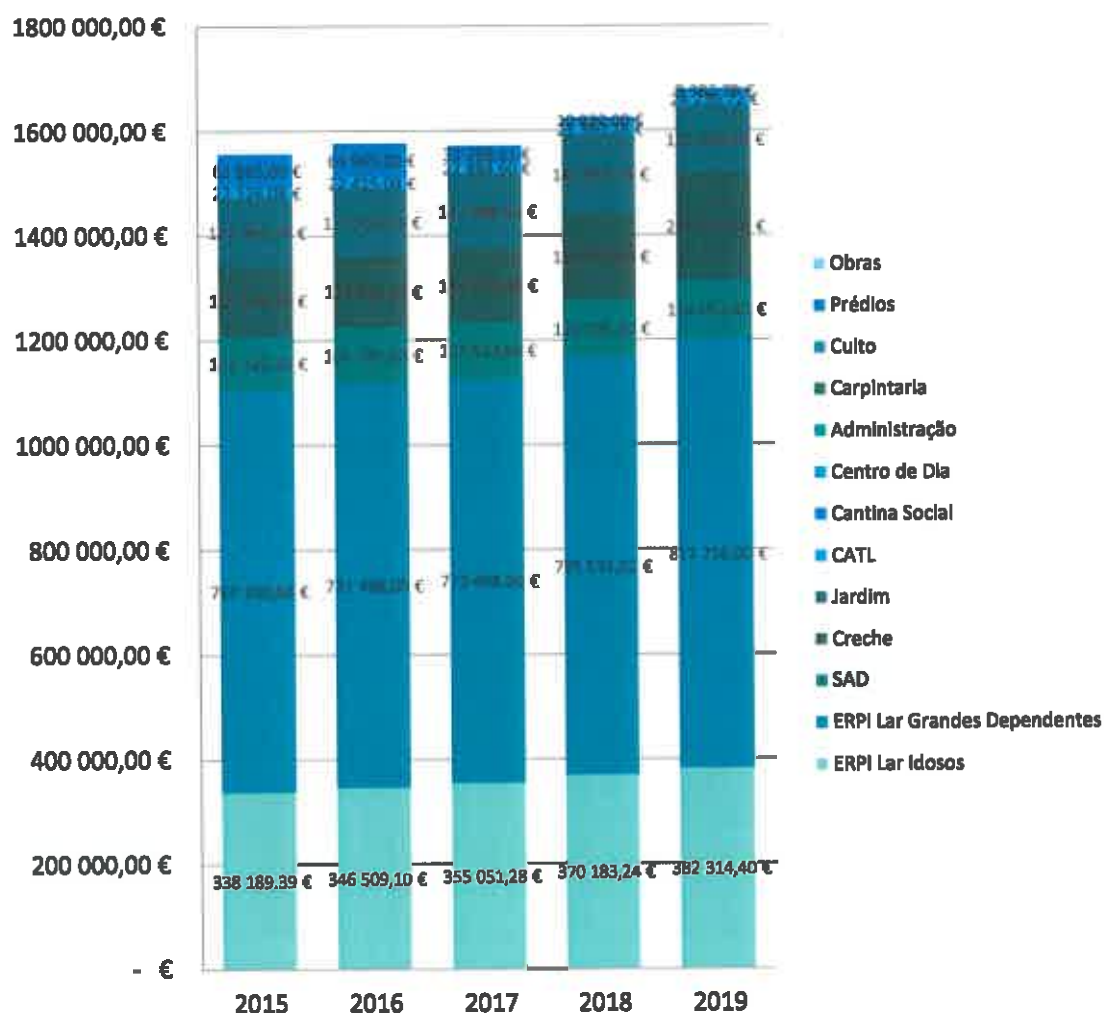
Nota genérica, ainda, para a evolução, dentro da rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”, à componente exclusiva dos subsídios do ISS (comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação – entidade de tutela), as quais se têm mantido em

valores muito próximos no período de 2015 a 2017, apesar do decréscimo verificado de 2016 para 2017, diretamente relacionado com a redução da abrangência da Cantina Social.

Por seu lado, a partir de 2017, registamos já uma recuperação e subida destes proveitos, em virtude do impacto da revisão do acordo de cooperação da creche (inclusão de mais 15 crianças em acordo); da atribuição do complemento por funcionamento em horário alargado também na creche; e da atualização anual dos acordos, que de 2018 para 2019, em termos globais, significa um acréscimo de 3,35% destes proveitos.

Os proveitos destas comparticipações, em 2019, voltam a subir, representando 49,36% por relação ao total de proveitos e um montante de 1.679.424,23€. Montante que não contempla a componente de compensação salarial do Ministério da Educação no Pré-escolar, em virtude de ainda não se ter verificada a abertura de candidatura à mesma, situação que revela um condicionamento adicional por esta entidade de tutela à sustentabilidade dos Pré-escolares do setor social e solidário.

Evolução dos Subsídios do ISS (Comparticipações)

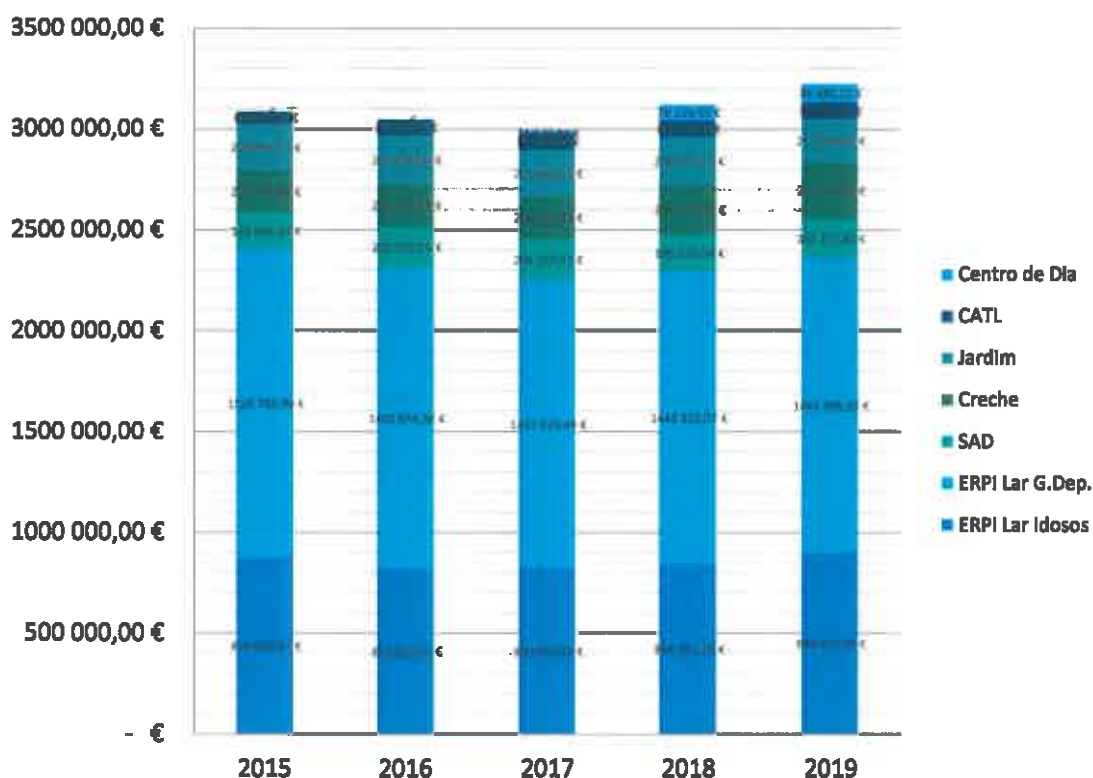


A distribuição dos proveitos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 78% dos proveitos e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 43% do total.

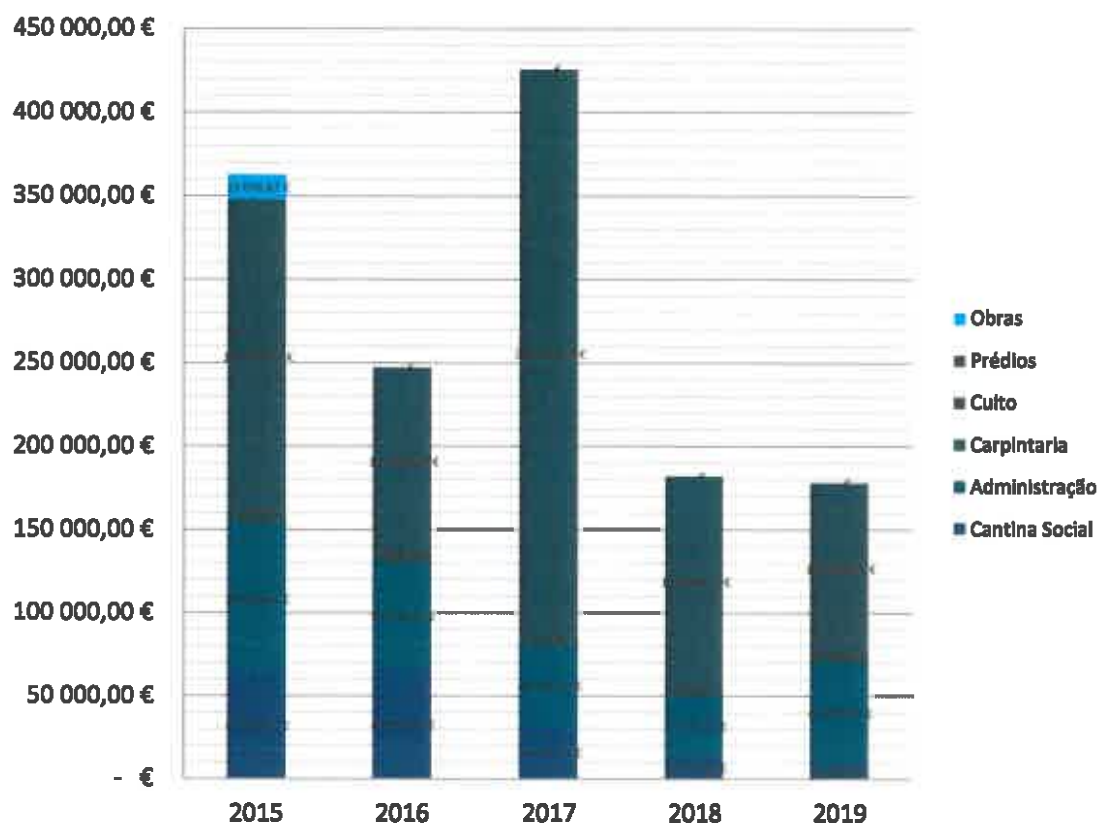
Pela positiva, destaca-se um crescimento generalizado dos proveitos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se o crescimento de 14,74% dos proveitos da Creche, na área de infância, face ao descrito já anteriormente; e, na área sénior, refira-se o crescimento de 14,64% dos proveitos no Centro de Dia. Resposta social que completou dois anos de funcionamento e que, face ao estudo económico Inicial, está a consolidar-se mais cedo do que o esperado.

Pela negativa, também de acordo com o já descrito, temos uma redução de 9,01% no Pré-escolar, atendendo a que a componente de compensação salarial do Ministério da educação representa um montante de cerca de 18.000€. Refira-se, ainda, a redução de 19,01% dos proveitos de prédios, atendendo ao fim de contratos de arrendamento durante o ano e à entrada em obras de alguns imóveis, encontrando-se ou tendo estado encerrados durante um longo período do ano e, consequentemente, sem inquilinos.

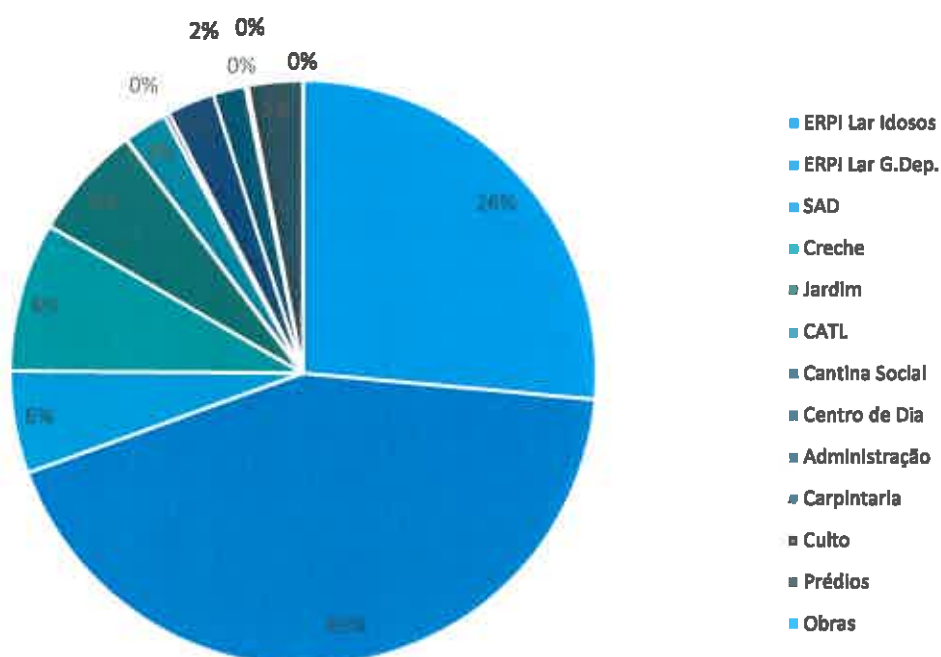
Evolução do Total de Proveitos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Total de Proveltos por Valência - Outras áreas



Distribuição percentual dos Proveltos por Resposta Social - 2019

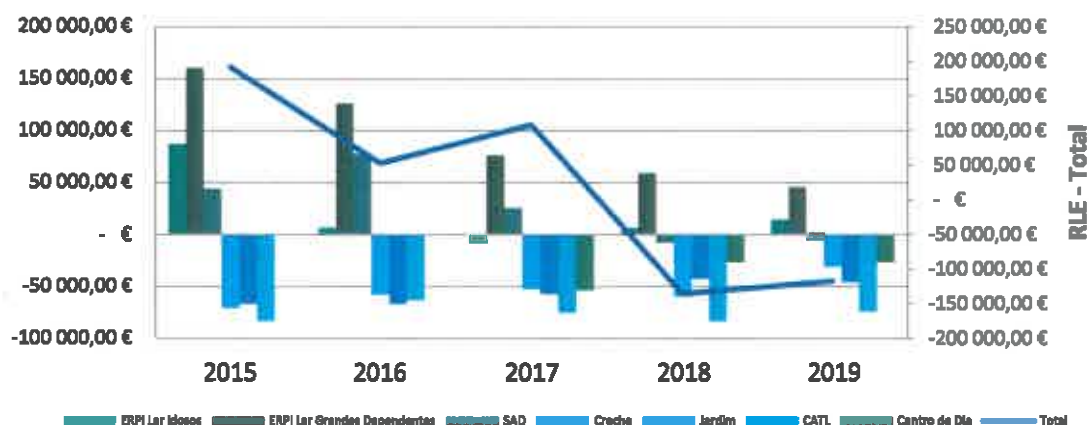


3. Evolução do resultado líquido do exercício

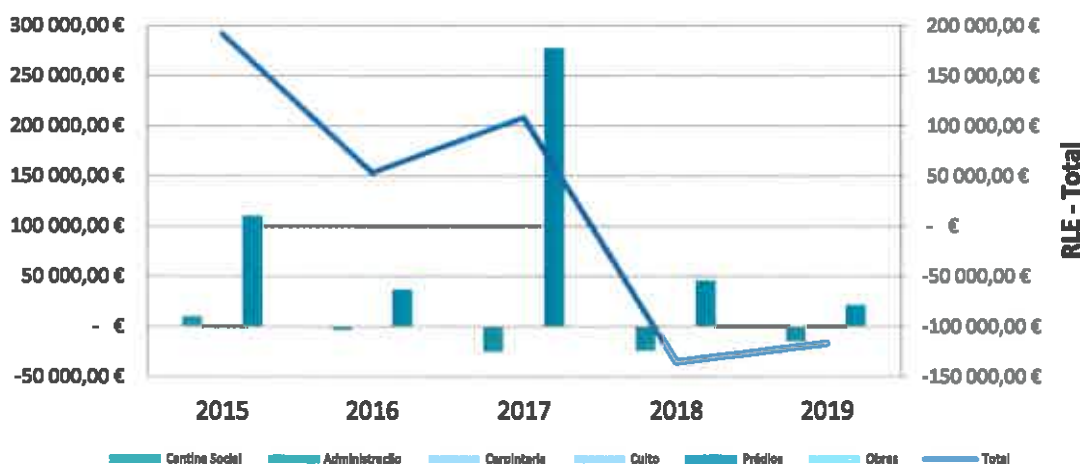
Ponderando a evolução global dos custos e proveitos, registamos uma base histórica no período 2015-2017 de proveitos superiores aos custos, refletindo resultados globais líquidos de exercício positivos. Contudo, desde 2018, com a redução sustentada das alienações (RL dos prédios caiu 92,17% desde 2017) e acréscimo de custos com recursos humanos (subiram 8,23% no mesmo período), o resultado líquido do exercício de 2019 apresenta-se com o valor negativo de 116.958,16€.

Destacamos, ainda, que para este resultado contribui o resultado negativo nas valências da área de Infância, as quais, em virtude das iniciativas de gestão adotadas, continuam a refletir o impacto positivo dessas medidas, refletido num caminho de recuperação e estabilização notado desde o ano de 2017. De facto, no cômputo geral, no ano de 2019 na área de infância registou-se uma recuperação de 18,64%, tendo-se terminado o ano com um resultado de 151 mil euros de prejuízo (recuperação de 34.500€ face a 2018), apesar da quebra de receita orçada correspondente ao Ministério da Educação como referido anteriormente.

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas

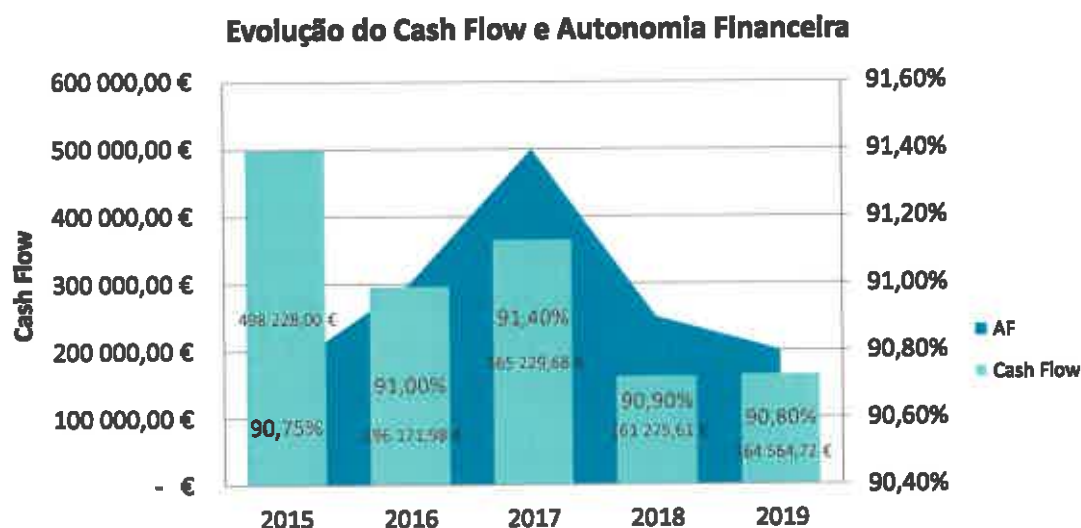


Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas



Por curiosidade, anulando-se o efeito das depreciações e amortizações, que desceram 2,57% em 2019, o resultado líquido passaria para valores positivos na ordem dos 163 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 7,95%, no total de gastos e, consequentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Por esta ordem de razão, mesmo com o agravamento dos gastos sem a compensação plena dos proveitos, registamos uma subida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 164.564,72€. Mais 2,04% que o registado em 2018.



Obs.: A partir de 2018 passou também a considerar-se as variações de provisões/imparidades no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Situação análoga à autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio) que se mantem em valores estáveis e superiores a 90%.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação do mesmo, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais que integram esta área, não se descuro os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da creche e pré-escolar a funcionar em horário alargado. Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município, o que poderá significar uma preocupação adicional de sustentabilidade desta resposta.

Reforçamos que, de facto, incrementando-se a componente de apoio à família, de forma alargada, no polo escolar de São Pedro do Sul, por parte do Município, significando tal um eventual decréscimo de utilizadores do CATL, poderá ter que se ponderar o seu encerramento.

Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, consequentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das comparticipações familiares, a comparticipações baixas. Esta realidade conjugada com o peso da estrutura de custos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche mas ainda patente no pré-escolar e CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos Internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição.

Esta premissa obriga-nos a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados nesta área (como referido melhores por comparação ao ano anterior e os melhores dos últimos cinco anos); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, manter medidas de controlo/redução dos custos em vigor e reforçar as medidas de obtenção de proveitos, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

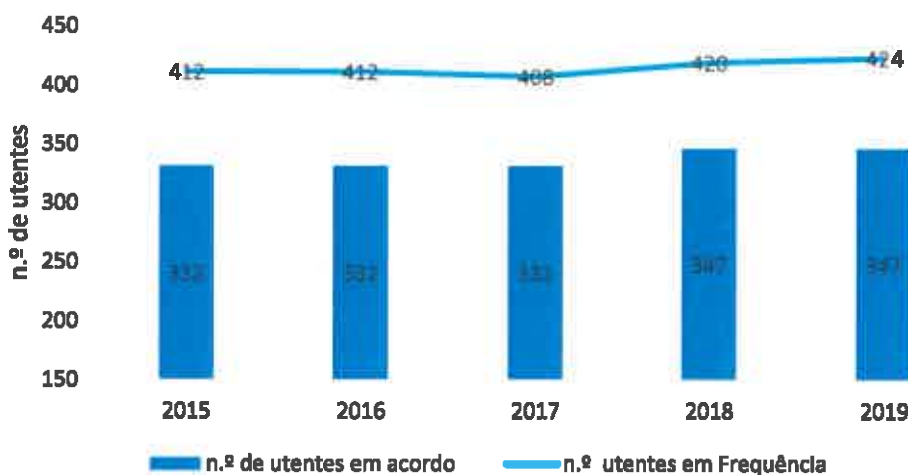
4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários. Desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos) tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe o seu estatuto o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Numa relação direta com o total de utentes, verificamos uma manutenção do número de utentes em acordo de cooperação, apenas acrescido em 2018, com a revisão do acordo de cooperação da Creche em mais 15 crianças abrangidas.

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2017, compensada em parte com a abertura do Centro de Dia e posterior recuperação em 2018 e 2019.

Evolução dos acordos de cooperação e frequência



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2019, na área sénior:

Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	48	28	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	30	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	18	28	0	0

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	70	65	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	---
Utentes fora do acordo de cooperação	10	4	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos 424 utentes (229 na área sénior e 195 na área de infância), dos quais 77 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Nota final também para o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas, registamos a seguinte informação média em 2018:

Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT
Compromisso	10 refeições diárias	37 beneficiários	---	---
Beneficiários	12 agregados familiares (14 pessoas)	39	54	69
Observações	Servidas em média 14 refeições diárias			

À exceção da Cantina Social e do PO APMC, em que há apoio financeiro à execução, se bem que parco e em redução contínua da Cantina Social, por via da mudança de paradigma e transição para o PO APMC, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas tendo sido disponibilizado com suporte financeiro próprio da Instituição.

A nível do BAT, temos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 43 camas articuladas, 14 cadeiras de rodas, 6 andarilhos, 5 cadeiras de banho e 1 par de muletas.

Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma evolução da estrutura ao longo dos últimos 5 anos, com uma subida dos colaboradores internos até 2018 e posterior estabilização com ligeira redução na área de infância.

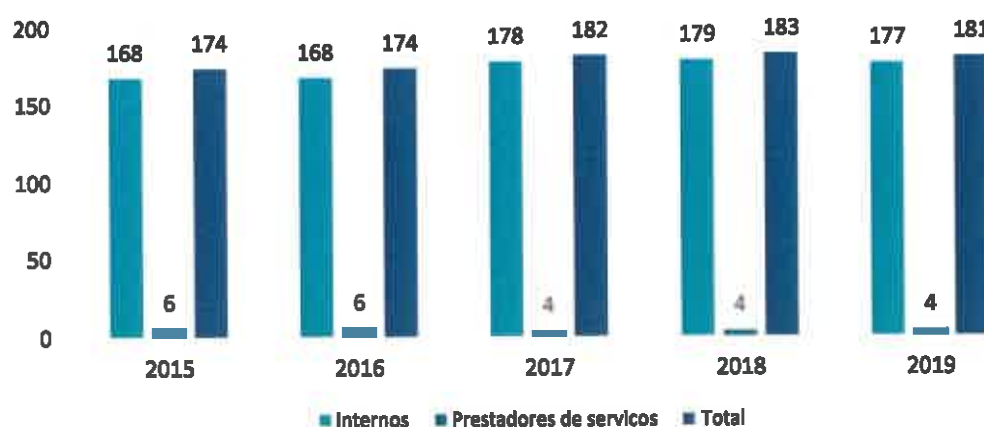
Nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (4), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Em 2019 registamos um número médio mensal de 185 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 181 e terminamos o ano com 181 colaboradores, dos quais 85% (153) têm contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS.

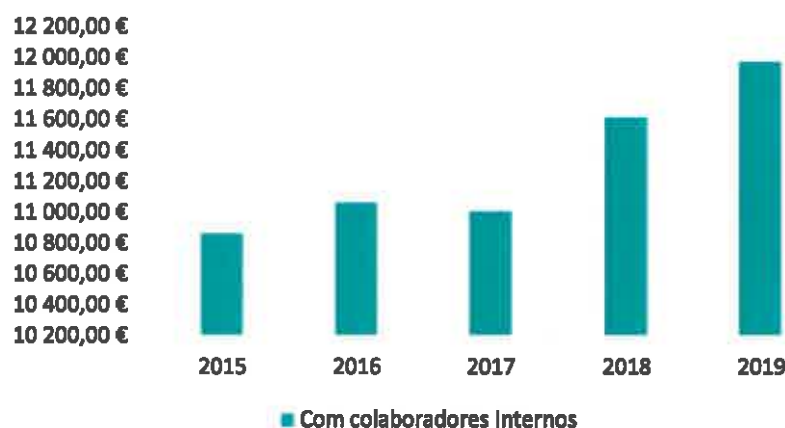
Os restantes, 13% (23) estão com contrato de trabalho a termo, na sua generalidade estão com o primeiro contrato e em substituição de colaboradores que se reformaram ou se encontram ausentes. Os restantes 2% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Evolução do n.º de colaboradores



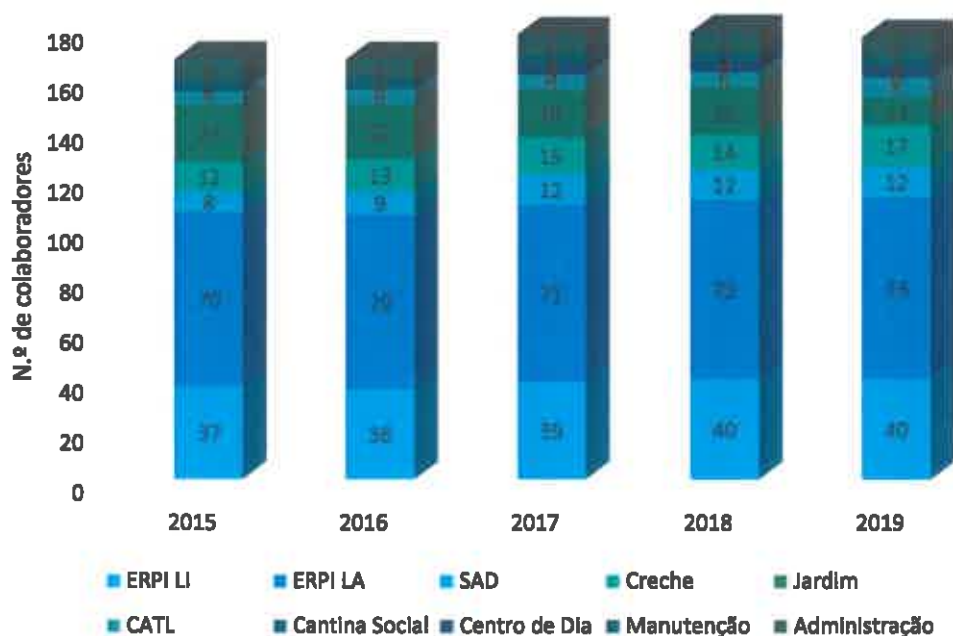
Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio custo de pessoal/colaborador para o montante de 11.982,76€ por colaborador em 2019, mais 3,10% face ao ano anterior.

Evolução do rácio custo/colaborador



Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado equiparada, prevalecendo o peso das ERPI e uma ligeira redução no cômputo das respostas da área de infância.

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, recursos humanos, direção.

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual temos registado uma evolução crescente do volume de formação anual, concluindo-se o ano de 2019 com 4.597,5 horas de formação e 134 colaboradores envolvidos (média de 34 horas por participante).

Face ao ano anterior, registamos uma subida do número de colaboradores participantes em ações de formação (mais 163% e a que corresponde 83 colaboradores) e a manutenção do número de horas de formação por participante, em termos médios, em 34 horas (menos uma que no ano anterior).

Evolução do número de horas de formação anual



5. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2019 com Resultados Líquidos negativos no montante de 116.958,16€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta "Resultados Transitados".

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós incutir o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral



O Contabilista Certificado



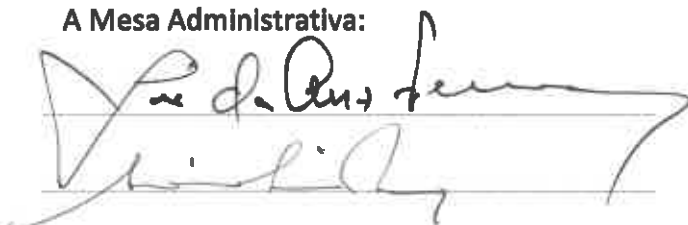
Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 05 de março de 2020.

Aprovada a retificação em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 07 de abril de 2020, com a Inclusão do ponto 14.17 – Acontecimentos após a data de balanço e sua divulgação, do Anexo 1 – Relatório de Contas.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor



Secretário

Tesoureiro

Vogal

Guilherme Fernandes da Silva
Antônio Henrique da Silva
Que Maria de Paiva Cirne

C.
37
13

Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 24 de junho de 2020.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

R. J. L. L. L. L.
Naércio José Fernandes
Henrique da Silva

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 3 - Ata da Assembleia Geral

Anexo 1 – Relatório de Contas



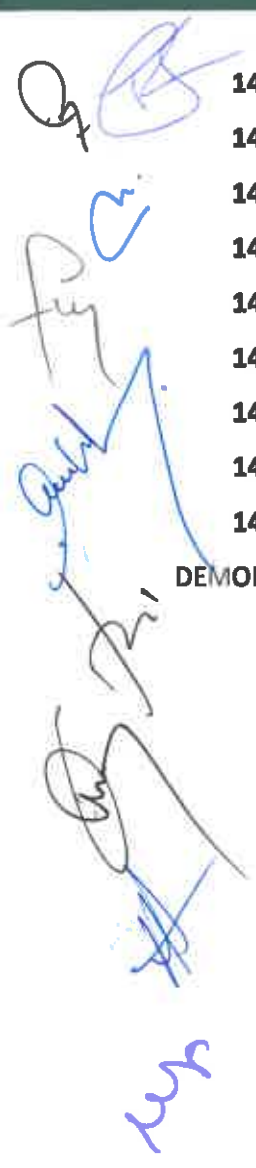
[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large stylized 'B' and 'G']



Índice Secundário

BALANÇO	39
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	40
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	41
ANEXO 2019.....	42
1. Identificação da Entidade	42
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	42
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	42
3.1 Principais políticas contabilísticas.....	42
4. Fluxos de Caixa	50
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	50
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	50
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis.....	50
5.3 Propriedades de Investimento	53
6. Ativos Intangíveis.....	53
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	53
7. Custo de Empréstimos Obtidos	55
8. Inventários.....	55
9. Rédito	55
10. Provisões.....	56
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	56
12. Benefícios dos empregados.....	57
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	58
14. Outras Informações	58
14.1 Investimentos Financeiros	58
14.2 Créditos a receber	58
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	60
14.4 Outros ativos correntes	60
14.5 Diferimentos	60
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	60
14.7 Fundos Patrimoniais	61
14.8 Fornecedores.....	61





14.9	Estado e Outros Entes Públicos	62
14.10	Outros passivos correntes	62
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	63
14.12	Fornecimentos e serviços externos	63
14.13	Trabalhos para a própria entidade	63
14.14	Outros rendimentos.....	64
14.15	Outros Gastos.....	64
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	64
14.17	Acontecimentos após data de Balanço e sua Divulgação.....	64
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS.....	66

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 482 759.33	4 598 992.36
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.56	98 294.56
Ativos Intangíveis	3/6	0.00	12 908.14
Investimentos Financeiros	3/14.1	11 315.28	7 751.91
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		4 592 369.17	4 717 946.97
Ativo corrente			
Inventários	3/8	39 970.84	50 243.49
Créditos a Receber	3/14.2	13 730.09	33 663.95
Estado e outros entes públicos	3/14.9	0.00	445.00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	3/14.3	22.50	0.00
Outros ativos correntes	3/14.4	42 239.90	135 877.73
Diferimentos	3/14.5	4 623.67	15 529.00
Cebs e depósitos bancários	3/14.6	1 862 913.37	1 746 444.77
		1 963 500.37	1 982 203.94
Total do ativo		6 555 869.54	6 700 150.91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transferidos	14.7	5 401 982.51	5 537 400.30
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	688 653.27	685 290.72
Resultado líquido do período		-116 958.16	-135 417.79
Total dos fundos patrimoniais		6 953 677.62	6 087 273.23
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	13 997.25	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		13 997.25	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	85 399.04	115 970.23
Estado e outros entes públicos	3/14.9	48 343.49	50 958.31
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	440 518.85	438 982.71
Diferimentos	3/14.5	13 935.29	8 968.43
		588 184.67	612 877.68
Total do passivo		602 181.92	612 877.68
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 555 869.54	6 700 150.91

(1) - O euro, sendo lido em milhares de euros, e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul**
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	3/9	1 443 465.13	1 385 119.92
Subsídios ISS	3/14.11	1 681 788.55	1 607 251.88
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	42 481.53	53 906.13
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	4 734.23	4 958.34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-81 715.43	-87 813.10
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-899 466.85	-923 249.51
Gastos com o pessoal	3/12	-2 120 948.68	-2 080 389.07
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	12 188.79	3 045.03
Provisões (aumentos/reduções)	10	-13 997.26	0.00
Provisões específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	214 220.29	243 356.41
Outros gastos	14.15	-119 984.05	-54 532.44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		162 768.28	151 673.69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-279 714.42	-287 081.36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-116 958.16	-135 417.79
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-116 958.16	-135 417.79
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-116 958.16	-135 417.79

Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul**
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes			1 437 670.53	1 378 544.26
Pagamentos a fornecedores			-1 026 386.36	-1 057 725.56
Pagamento de Apoios			-15 698.45	-18 281.08
Pagamento a pessoal			-1 440 451.80	-1 384 173.88
Caixa gerada pelas operações			-1 044 865.88	-1 081 636.04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			445.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos			1 037 920.58	1 067 688.03
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)			-6 500.30	-23 970.01
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamento respeitantes a:				
Propriedades de investimento			0.00	0.00
Activos fixos tangíveis			-127 150.88	-274 312.59
Activos intangíveis			0.00	0.00
Investimentos financeiros			-4 023.86	-3 134.02
Outros ativos			0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:				
Propriedades de investimento			102 478.88	102 361.95
Activos fixos tangíveis			138 442.44	6 123.25
Investimentos financeiros			181.18	474.28
Outros ativos			0.00	0.00
Activos intangíveis			0.00	0.00
Subsídios de investimento			0.00	0.00
Juros e proveitos similares			3 306.74	7 207.81
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)			113 234.48	-161 279.32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamento obtidos			0.00	0.00
Realizações de fundos			0.00	0.00
Cobertura de prejuizos			0.00	0.00
Doações			9 987.48	8 002.72
Outras operações de financiamento			0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamento obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares			-253.04	-36.87
Dividendos			0.00	0.00
Redução de fundos			0.00	0.00
Outras operações de financiamento			0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			9 734.42	7 985.85
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)			116 468.60	-177 283.48
Efeito das diferenças de câmbio			0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período			1 746 444.77	1 923 728.25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4/14.6	1 862 913.37	1 748 444.77

(1) - O euro é adotado-se em função da dimensão e exigências de relato a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado



ANEXO 2019

1. Identificação da Entidade

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501.157.506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia nº 6 – São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os Indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências diferentes (respostas sociais tipificadas): ERPI – Estrutura Residencial para Idosos “Casa da Quinta”; ERPI – Lar de Grandes Dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; o SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas.

3.1.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na Informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de Investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de Investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações do risco segurado;
 - Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de Informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- 
- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
 - Fundos acumulados e outros excedentes;
 - Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2018 e 2019 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37					83.445,37
Bens Móveis	14.849,19					14.849,19
Obras de Arte	7.103,06					7.103,06
Outros	7.746,13					7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por Imparidade				
Bens Imóveis				
Bens Móveis				
Obras de Arte				
Outros				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	0,00	0,00		174.097,12
Edifícios e outras construções	3.454.641,90	0,00	16.895,45	1.265.046,67		4.702.793,12
Equipamento Básico	1.558.558,05	17.486,37	0,00	82.537,02		1.658.581,44
Equipamento de transporte	338.407,72	0,00	0,00	0,00		338.407,72
Equipamento administrativo	320.316,58	0,00	0,00	0,00		320.316,58
Outros ativos fixos tangíveis	56.018,93	5.733,09	0,00	0,00		61.752,02
Ativos fixos tangíveis em curso	773.711,96	254.930,27	0,00	-1.000.197,34		28.444,89
Total	6.675.752,26	278.149,73	16.895,45	347.386,35		7.284.392,89

Depreciações 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	1.265.038,86	105.555,40	-7.485,53	75.900,00		1.439.008,73
Equipamento Básico	1.286.914,21	107.726,65	0,00	0,00		1.394.640,86
Equipamento de transporte	311.277,47	10.848,75	0,00	0,00		322.126,22
Equipamento administrativo	305.026,66	6.430,42	0,00	0,00		311.457,08
Outros ativos fixos tangíveis	47.130,70	4.045,86	0,00	0,00		51.176,56
Total	3.215.387,90	234.607,08	-7.485,53	75.900,00		3.518.409,45

Perdas por Imparidade 2018				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento Básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Outros ativos fixos tangíveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	174.097,12	0,00	0,00	0,00	0,00	174.097,12
Edifícios e outras construções	4.702.793,12	1.800,28	0,00	7.295,80	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.658.581,44	11.928,18	435,60	0,00	0,00	1.670.074,02
Equipamento de transporte	338.407,72	30.200,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	320.316,58	4.219,81	0,00	0,00	0,00	324.536,39
Outros ativos fixos tangíveis	61.752,02	3.952,67	553,35	0,00	0,00	65.151,34
Ativos fixos tangíveis em curso	28.444,89	69.698,03	0,00	-20.630,36	0,00	77.512,56
Total	7.284.392,89	121.798,97	988,95	-13.334,56	0,00	7.391.868,35

Depreciações 2019

Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.439.008,73	102.827,17	0,00	0,00	0,00	1.541.835,90
Equipamento Básico	1.394.640,86	104.273,57	435,60	0,00	0,00	1.498.478,83
Equipamento de transporte	322.126,22	15.690,75	0,00	0,00	0,00	337.816,97
Equipamento administrativo	311.457,08	7.440,70	0,00	0,00	0,00	318.897,78
Outros ativos fixos tangíveis	51.176,56	4.685,80	553,35	0,00	0,00	55.309,01
Total	3.518.409,45	234.917,99	988,95	0,00	0,00	3.752.338,49

Perdas por Imparidade 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento Básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo				
Outros ativos fixos tangíveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.819.283,55	0,00	0,00	-339.155,26	0,00	1.480.128,29
Propriedades de investimento - depreciações	-692.949,20	-30.070,17	0,00	75.900,00	0,00	-647.119,37
Total	1.126.334,35	-30.070,17	0,00	-263.255,26	0,00	833.008,92

2019						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de investimento – custo de aquisição	1.480.128,29	29.466,14	0,00	12.642,70	0,00	1.522.237,13
Propriedades de investimento - depreciações	-647.119,37	-31.888,29	0,00	0,00	0,00	-679.007,66
Total	833.008,92	-2.422,15	0,00	12.642,70	0,00	843.229,47

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	0,00	0,00	0,00	0,00	63.631,01
Total	111.180,18	0,00	0,00	0,00	0,00	111.180,18

Amortizações 2018						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	19.216,80	4.804,20	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	18.822,52	4.705,65	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	37.818,59	12.904,28	0,00	0,00	0,00	50.722,87
Total	75.857,91	22.414,13	0,00	0,00	0,00	98.272,04

Perdas por Imparidade 2018

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos				
Certificação energética				
Programas de computador				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	63.631,01	0,00	0,00	0,00	0,00	63.631,01
Total	111.180,18	0,00	0,00	0,00	0,00	111.180,18

Amortizações 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	50.722,87	12.908,14	0,00	0,00	0,00	63.631,01
Total	98.272,04	12.908,14	0,00	0,00	0,00	111.180,18

Perdas por Imparidade 2019

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos				
Certificação energética				
Programas de computador				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2018, quer em 2019, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2018					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	204,90	110,70	0,00	315,60	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.017,21	91.789,55	-65,77	49.927,89	87.813,10
Total	46.222,11	91.900,25	-65,77	50.243,49	87.813,10

2019					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	315,60	0,00	0,00	315,60	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49.927,89	71.359,09	83,69	39.655,24	81.715,43
Total	50.243,49	71.359,09	83,69	39.970,84	81.715,43

9. Rédito

Descrição	2019	2018
Vendas	100,98	38,62
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.434.947,65	1.372.336,30
Quotizações e Jolas	4.595,50	6.482,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	3.821,00	6.263,00
Juros	3.108,28	5.968,55
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.446.573,41	1.391.088,47

10. Provisões

2018				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

2019				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Processos judiciais em curso	0,00	13.997,25	0,00	13.997,25
Total	0,00	13.997,25	0,00	13.997,25

Esta provisão é constituída na sequência de um processo judicial de recurso da decisão de aplicação de colma. Colma esta aplicada pela Autoridade Tributária na sequência de procedimento inspetivo com correções em sede de IVA.

11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2018				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	130.585,24	0,00	5.486,78	125.098,46
2ª fase Lar de Acamados	17.896,95	0,00	778,12	17.118,83
MASES – Adaptação Equip. Sociais	37.637,38	0,00	875,29	36.762,09
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	118.529,93	0,00	2.576,74	115.953,19
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	63.920,90	0,00	31.941,27	31.979,63
MaisCentro – estudos e projetos	8.083,35	0,00	8.083,35	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	220.832,82	0,00	4.506,79	216.326,03
Total	597.486,57	0,00	54.248,34	543.238,23

2019				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	125.098,46	0,00	5.387,01	119.711,45
2ª fase Lar de Acamados	17.118,83	0,00	778,13	16.340,70
MASES – Adaptação Equip. Sociais	36.762,09	0,00	875,29	35.886,80
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	115.953,19	0,00	2.576,74	113.376,45
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	31.979,63	0,00	31.979,63	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	216.326,03	0,00	4.506,79	211.819,24
Total	543.238,23	0,00	46.103,59	497.134,64

12. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2019 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos são os seguintes:

Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	[REDACTED]
Vice-Provedor	António Santos Pais	[REDACTED]
Tesoureiro	António Henrique Pinho C. Almelda	[REDACTED]
Secretário	António Fernandes de Almelda Pinto	[REDACTED]
Vogal	Ana Maria Paiva Oliveira	[REDACTED]

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Eduardo Rodrigues da Silva	[REDACTED]
Vice-Presidente	Joaquim António Tavares Loureiro	[REDACTED]
Secretário	Maria João Santos Tavares Jorge	[REDACTED]

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	[REDACTED]
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	[REDACTED]
Secretário	Valentim Francisco Bizarro	[REDACTED]

Ressalva-se que o secretário da Mesa da Assembleia Geral faleceu a 07/12/2019.

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 182 em 2018 e de 181 em 2019, considerando substituições e programas do IEFP (179 e 177 respetivamente se não considerarmos baixas prolongadas e licenças sem vencimento).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	1.640.270,65	1.617.384,91
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as remunerações	375.372,81	368.097,43
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	32.025,14	23.930,67
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	73.280,08	70.956,06
Total	2.120.948,68	2.080.369,07

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2019 foram de 4.248,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

14. Outras informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2019	2018
Outros investimentos financeiros	11.315,28	7.751,91
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	11.315,28	7.751,91

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Cientes e utentes c/c		
Cientes	5.472,00	9.246,00
Utentes – saldo devedor	8.258,09	24.417,95
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	13.730,09	33.663,95
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	261,00	12.161,00
Utentes	24.779,67	53.978,48
Total	25.040,67	66.139,48
Adiantamento de Clientes	118.960,97	115.716,14
Clientes com caução	1.250,00	1.050,00

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Cientes	0,00	590,00
Utentes	3.644,38	5.397,57
Total	3.644,38	5.987,57

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Cientes	966,00	8.211,00
Utentes	14.867,17	821,60
Total	15.833,17	9.032,60

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Fundadores/.../Associados/Membros	22,50	0,00
Total	22,50	0,00

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresentava, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	7.025,52	0,00
Adiantamentos a fornecedores de investimento	386,40	691,86
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.382,62	11.775,62
Entidades Públicas	21.445,36	122.805,03
Outros Devedores	0,00	605,22
Total	42.239,90	135.877,73

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer	4.623,67	15.529,00
Rendimentos a reconhecer	13.935,29	6.966,43

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa de Depósitos Bancários", demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Caixa	350,47	671,13
Depósitos à ordem	290.827,78	197.327,18
Depósitos a prazo	1.571.735,12	1.548.446,46
Total	1.862.913,37	1.746.444,77

Ressalva-se a existência de uma conta inativa no Banco Montepio e de duas inativas do Crédito Agrícola ainda constantes de informação do Banco de Portugal, bem como de duas contas a prazo abertas no Crédito Agrícola, em agosto de 2019, e que não constam ainda de informação do Banco de Portugal.

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2018				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	5.428.935,06	108.465,24		5.537.400,30
Excedentes de Revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios	597.486,57		54.248,34	543.238,23
Doações	142.052,49			142.052,49
Total	6.168.474,12	108.465,24	54.248,34	6.222.691,02

2019				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	5.537.400,30		135.417,79	5.401.982,51
Excedentes de Revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subsídios	543.238,23		46.103,59	497.134,64
Doações	142.052,49	29.466,14		171.518,63
Total	6.222.691,02	29.466,14	181.521,38	6.070.635,78

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	85.399,04	115.970,23
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	85.399,04	115.970,23

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
IRC	0,00	445,00
IVA	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	445,00
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	153,09	685,14
IRS	5.595,38	8.531,88
Segurança Social	42.240,55	41.410,97
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	354,47	330,32
Total	48.343,49	50.958,31

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica "outros passivos correntes" desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2019	2018
Pessoal	1.038,33	3.552,97
Fornecedores de Investimentos	1.068,98	5.532,34
Clientes e Utentes - cauções	1.250,00	1.050,00
Adiantamentos de clientes	118.960,97	115.716,14
Credores por acréscimos de gastos	317.673,12	313.131,26
Outros credores	0,00	0,00
Entidades Públicas	525,45	0,00
Total	440.516,85	438.982,71

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

14.11.1 Ativo Contingente

No âmbito de herança de António da Silva concretizada em 2019, existe um ativo contingente relacionado com aplicações financeiras cuja movimentação só é passível de ser concretizada no exercício de 2020, no montante de 83.187,36€, à qual acresce também um ativo contingente, ainda em avaliação, proveniente de herança em que este mecenas é herdeiro.

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.711.806,52	1.653.155,29
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	12.463,56	8.002,72
Legados	0,00	0,00
Total	1.724.270,08	1.661.158,01

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os "Fornecimentos e serviços externos" subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	239.492,62	223.757,24
Serviços especializados	164.297,08	187.506,13
Materials	24.021,19	31.984,96
Energia e fluidos	164.764,80	167.439,15
Deslocações, estadas e transportes	1.366,35	1.521,46
Serviços diversos	305.524,81	311.040,57
Total	899.466,85	923.249,51

14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2019 e 2018 os seguintes montantes:

Descrição	2019	2018
Ativos fixos tangíveis	4.734,23	4.958,34
Total	4.734,23	4.958,34

14.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	11.177,12	17.010,99
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.627,21	16.650,11
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	102.097,20	119.381,98
Juros de depósitos a prazo	3.108,28	5.968,55
Outros rendimentos e ganhos	73.210,48	84.344,78
Total	214.220,29	243.356,41

14.15 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	1.141,63	1.173,23
Dívidas Incobráveis	0,00	8.211,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	9.409,92
Serviços bancários	560,54	568,07
Outros gastos e perdas	118.291,88	35.170,22
Total	119.994,05	54.532,44

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 05 de março de 2020.

14.17 Acontecimentos após data de Balanço e sua Divulgação

Após a aprovação do Relatório de Gestão e Contas para o exercício de 2019 registou-se a declaração do Estado de Emergência Nacional e a tomada de um conjunto alargado de medidas governamentais para fazer face à pandemia de COVID-19.

Apesar das medidas governamentais interferirem com a normalidade da atividade desta Misericórdia, nomeadamente pelo encerramento temporário das respostas sociais da área de infância e Centro de Dia, mantendo-se este, contudo, com serviços mínimos em contexto domiciliário, o que levou a adoção de medidas de gestão de curto prazo, à reorganização de equipas e à implementação de plano de contingência interno.

A Pandemia do COVID-19 terá impacto direto na Instituição, nomeadamente com o agravar de custos associados à higiene, desinfeção e aquisição adicional de EPI – Equipamentos de Proteção Individual para a atividade corrente das ERPI e SAD, bem como na redução de receitas da área de Infância e Centro de Dia, enquanto se mantiver as respostas sociais encerradas por ordem dos organismos oficiais.

Não sendo possível, ao certo, definir o impacto total, face à incerteza da evolução da COVID-19, nomeadamente nos custos adicionais acima identificados, é possível, por seu lado, estimar-se o impacto nas receitas. Assim, estima-se um impacto direto nos meses de abril e maio de 2020, com eventual redução de receita na ordem dos 80% na área de infância e 63% no Centro de Dia.

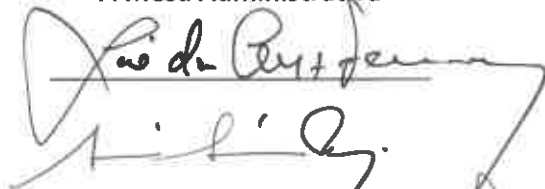
Para fazer face a este impacto, a Misericórdia, ao abrigo do seu plano de contingência e perante os mecanismos oficiais de apoio disponibilizados, procedeu à reorganização de equipas, tem registado um número significativo de colaboradores ausentes por motivo de encerramento de estabelecimento de ensino, para os quais se requereu apoio correspondente à Segurança Social e poderá aplicar regime de Layoff simplificado no mês de abril, nas respostas sociais da área de infância e Centro de Dia, minimizando, assim, o impacto negativo da pandemia e, por conseguinte, não comprometendo a sua atividade futura.

Face ao exposto, reafirma-se que o pressuposto da continuidade na elaboração das Demonstrações Financeiras se mantém apropriado.

O relatório de gestão e contas, para o exercício de 2019, foi retificado após a data de aprovação pela Mesa Administrativa, tendo em conta o adlamento da Assembleia Geral, por força das medidas nacionais de combate à pandemia do COVID-19, tendo-se incluído o ponto 14.17 do presente anexo. A alteração em referência foi aprovado em reunião de Mesa Administrativa, em 07 de abril de 2020.

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado



António Henrique Faria de

Que Maria de Paiva Vieira
Autógrafa Faria de, Olacido Faria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

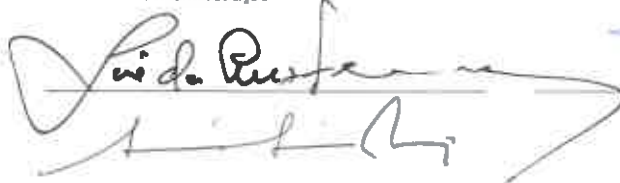
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		470 243.87	433 858.15
Subsídios ISS		382 314.40	370 183.24
Subsídios de Outras Entidades		7 059.10	5 981.94
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-12 001.24	-9 401.19
Fornecimentos e serviços externos		-292 406.03	-287 431.95
Gastos com o pessoal		-455 439.44	-430 562.31
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		9 199.21	819.52
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		29 534.71	33 504.38
Outros gastos		-18 877.32	-3 693.23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118 827.36	113 178.55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-104 425.04	-107 079.73
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 402.32	6 098.82
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		14 402.32	6 098.82
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		14 402.32	6 098.82

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro**

NIF 501137506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMU
 PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		614 528.18	807 121.47
Subsídios ISS		817 718.00	795 531.02
Subsídios de Outras Entidades		12 199.18	15 226.18
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj.		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-10 324.81	-11 525.15
Fornecimentos e serviços externos		-410 800.17	-416 328.44
Gastos com o pessoal		-891 534.99	-883 405.13
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 644.38	-2 776.62
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		19 454.93	30 444.40
Outros gastos		-28 266.26	-12 390.78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		119 338.68	122 898.95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-73 281.77	-63 666.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		46 056.91	59 230.95
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		46 056.91	59 230.95
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		46 056.91	59 230.95

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

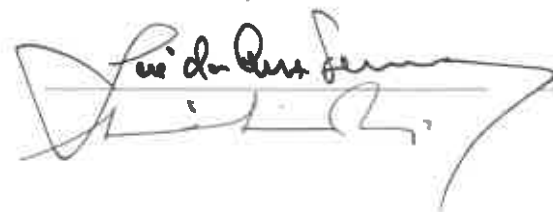
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		75 675.27	75 460.49
Subsídios ISS		114 053.40	110 196.00
Subsídios de Outras Entidades		782.07	358.84
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-992.71	-1 689.00
Fornecimentos e serviços externos		-48 993.57	-53 927.09
Gastos com o pessoal		-141 683.41	-130 654.98
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		798.11	-1 655.47
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		63.00	114.21
Outros gastos		-3 193.93	-194.61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 501.77	-2 481.61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2 557.34	-5 307.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5 059.11	-7 798.61
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-5 059.11	-7 798.61
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-5 059.11	-7 798.61

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

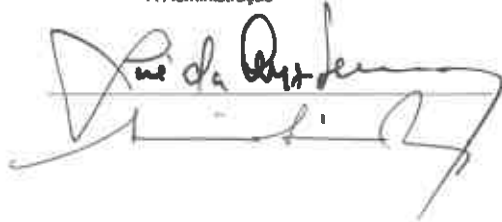
EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		63 555.28	66 648.38
Subsídios ISS		203 578.56	164 793.83
Subsídios de Outras Entidades		5 077.77	4 091.68
Genhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-13 274.87	-15 891.42
Fornecimentos e serviços externos		-25 829.02	-29 010.40
Gastos com o pessoal		-257 374.38	-242 254.52
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 831.57	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		7 108.46	9 488.44
Outros gastos		-119.21	-887.66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15 247.83	-42 821.67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15 804.18	-16 891.01
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-30 852.12	-59 712.68
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-30 852.12	-59 712.68
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-30 852.12	-59 712.68

A Administração



O Contabilista Certificado



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

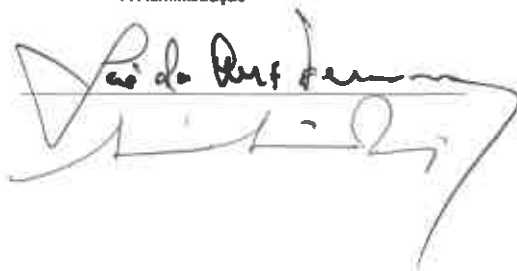
1

PERÍODO FINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		73 076.27	73 376.96
Subsídios ISS		128 188.38	132 237.51
Subsídios de Outras Entidades		5 597.27	21 786.26
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-25 553.96	-25 058.06
Fornecimentos e serviços externos		-29 008.23	-37 073.28
Gastos com o pessoal		-185 893.76	-187 577.97
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 530.18	2.08
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		8 653.65	8 909.28
Outros gastos		-3 792.71	-804.96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-29 224.03	-24 202.19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16 797.32	-18 357.30
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-46 021.35	-42 559.49
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-46 021.35	-42 559.49
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-46 021.35	-42 559.49

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		51 223.90	52 220.01
Subsídios ISS		24 210.72	23 390.28
Subsídios de Outras Entidades		3 345.52	2 043.83
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 146.02	-22 002.90
Fornecimentos e serviços externos		-12 956.13	-16 244.37
Gastos com o pessoal		-112 863.91	-116 844.36
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 508.10	-765.48
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		3 558.26	6 522.83
Outros gastos		-4 801.30	-325.91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-84 920.88	-73 008.07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9 220.04	-10 323.63
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):		-74 140.90	-83 329.70
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-74 140.90	-83 329.70
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-74 140.90	-83 329.70

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantine 3
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA(1)
EUR Factor:
1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		36.00	1 305.04
Subsídios ISS		9 382.79	10 920.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj.		0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-175.18	-311.12
Fornecimentos e serviços externos		-7 829.45	-8 528.96
Gastos com o pessoal		-2 139.14	-5 617.91
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		1.49	1 249.76
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-723.49	-983.19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-723.49	-983.19
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-723.49	-983.19
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-723.49	-983.19

A Administração

O Contralor Geral




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Di
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA(1)

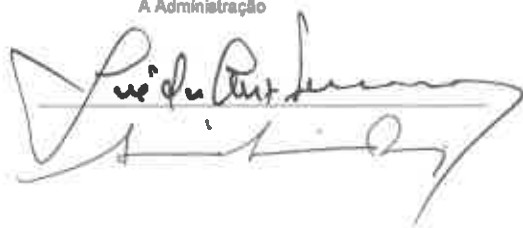
EUR Factor:

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		89 490.75	68 647.40
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	28.70
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 234.78	-1 625.32
Fornecimentos e serviços externos		-36 935.02	-32 278.16
Gastos com o pessoal		-57 192.92	-56 880.61
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		194.50	9 553.32
Outros gastos		-19.97	-882.30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5 697.44	-13 216.97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21 032.28	-13 448.22
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26 729.72	-26 665.19
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-26 729.72	-26 665.19
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-26 729.72	-26 665.19

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

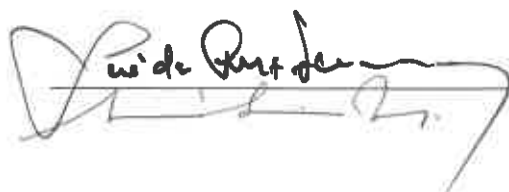
EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		4 636,50	6 482,00
Subsídios ISS		2 364,32	0,00
Subsídios de Outras Entidades		8 276,12	4 344,50
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-11,76	-8,94
Fornecimentos e serviços externos		-15 424,64	-11 306,00
Gastos com o pessoal		-1 213,11	-1 241,89
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		-13 997,25	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		45 526,36	25 521,35
Outros gastos		-41 245,67	-27 336,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-11 091,13	-3 545,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3 752,94	-20 945,44
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 844,07	-24 491,38
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-14 844,07	-24 491,38
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-14 844,07	-24 491,38

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintari

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

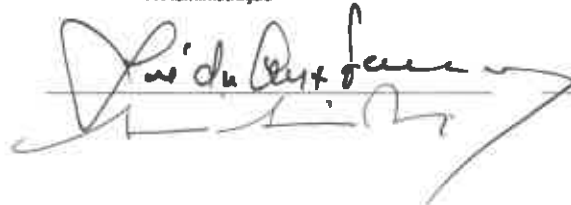
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conju		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		4 734.23	4 958.34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		0.00	-14.94
Gastos com o pessoal		-4 694.23	-4 903.40
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40.00	40.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40.00	-40.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		0.00	0.00

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157506

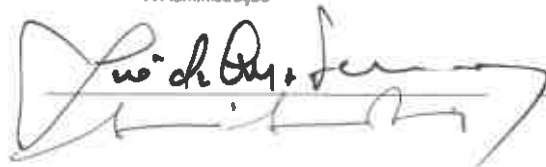
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto/Cut
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA(1)
 EUR Factor:
 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		144.50	5.52
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-941.40	-985.93
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	-27.50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-796.90	-987.91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-796.90	-987.91
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-796.90	-987.91
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-796.90	-987.91

A Administração

O Contabilista Certificado




Entidade: **Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedr**

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	28.68
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-18 542.19	-31 139.99
Gastos com o pessoal		-10 909.39	-10 335.99
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		968.00	7 621.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		102 128.03	119 048.44
Outros gastos		-18 888.68	-8 408.60
Resultado antes da depreciação, gastos de financiamento e impostos		54 753.77	76 813.64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-33 003.50	-31 033.05
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21 750.27	45 780.59
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		21 750.27	45 780.59
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		21 750.27	45 780.59

A Administração

O Contabilista Certificado



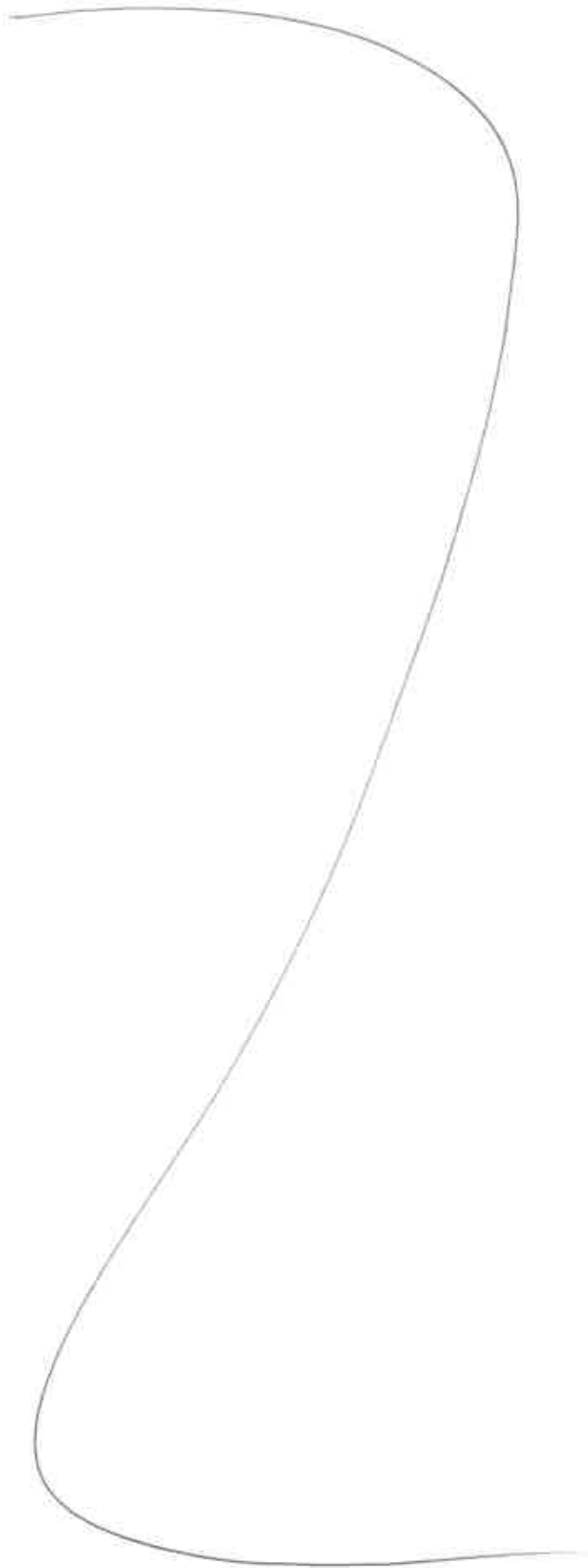

Q AB

Quib.
Fm. C.

Q

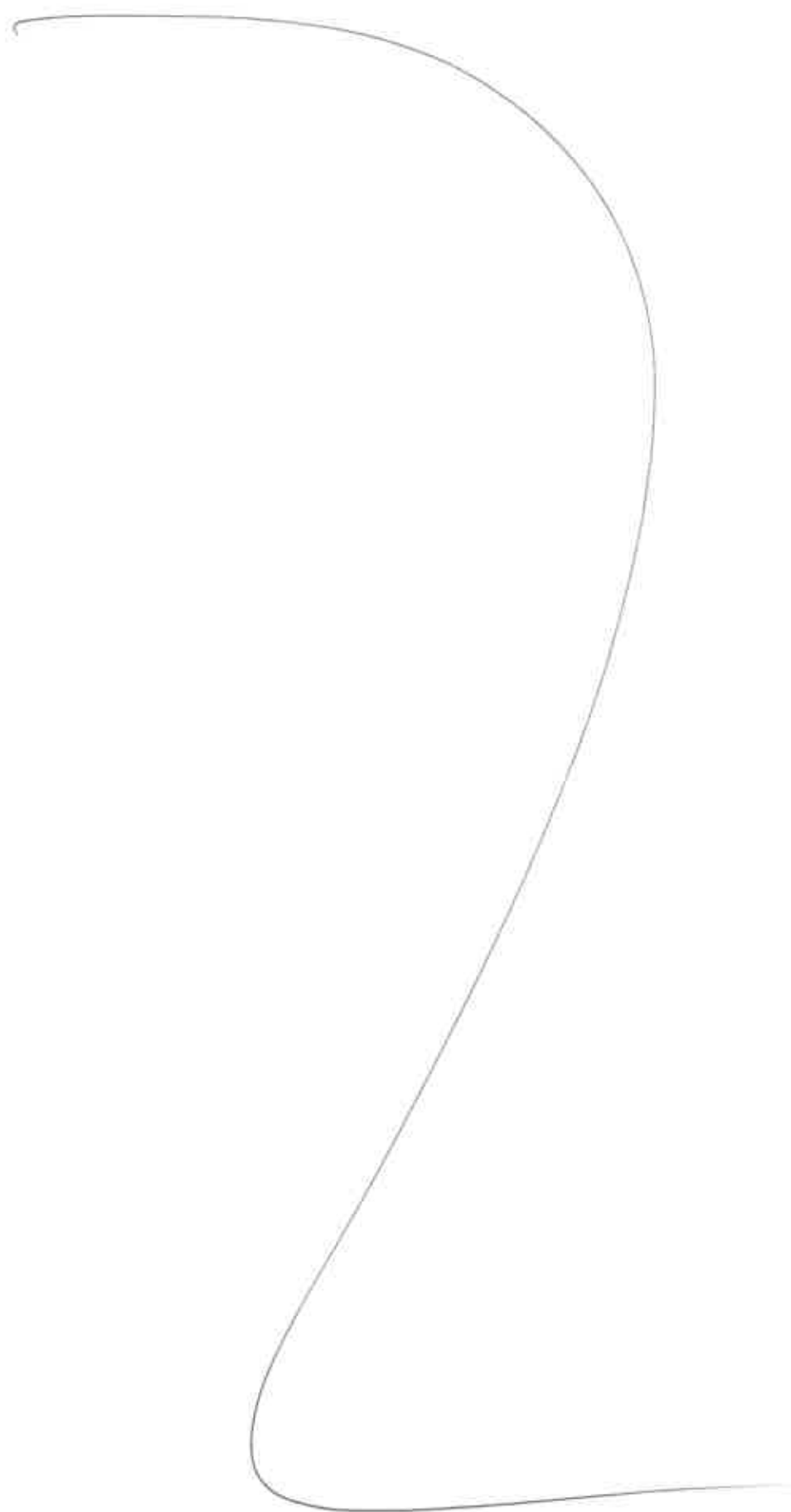
Q
X

145



Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal







Handwritten signature and initials.

ATA CF n.º 01/2020

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dezanove horas, reuniu o Conselho Fiscal da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, na sua sede social, sita na rua da Misericórdia, n.º6, nesta cidade de S. Pedro do Sul, estando presentes todos os membros que compõem o órgão, Eduardo Rodrigues da Silva, Joaquim António Tavares Loureiro e Maria João Santos Tavares Jorge, dando cumprimento ao previsto na alínea c) do artigo 31.º dos Estatutos desta Instituição. -----

A ordem de trabalhos tem como ponto único: -----

1) Emissão de parecer relativamente ao Relatório de Gestão e Contas de 2019. -----

Disponibilizou-nos a Mesa Administrativa da Misericórdia de Santo António o documento supra referido, bem como, a Certificação Legal e Relatório do ROC das contas do exercício em análise, que depois de vistos e analisados nos merecem o seguinte: -----

Parecer: -----

Pese embora a situação atualmente confortável da Misericórdia no que respeita ao Ativo e Fundos Patrimoniais, a Instituição continua a apresentar resultados líquidos negativos, situação que pela sua regularidade nos parece estrutural, podendo mesmo estar comprometida no médio prazo, caso não sejam tomadas as medidas corretivas necessárias à inversão destes resultados, a sua boa continuidade. Analisadas as demonstrações financeiras de cada uma das valências da instituição, contribuem para os resultados negativos essencialmente, o "SAD", a "CRECHE", o "JARDIM", o "CATL" e o "CENTRO DE DIA", parecendo-nos também estrutural o acumular de prejuízos nestas valências, devendo a Mesa tomar as medidas de gestão necessárias ao equilíbrio financeiro das mesmas. -----

O aumento significativo e exponencial dos custos com água e seguros de acidentes de trabalho também deverá merecer especial atenção à Mesa Administrativa. -----

Também entendemos que, independentemente de no ano em análise nada ter ocorrido a este respeito, a alienação de património imobiliário não deverá fazer parte da gestão corrente da Mesa com vista à apresentação de resultados positivos e/ou diminuição dos resultados negativos. -----

Assim, da vasta lista de objetivos expressos no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, analisados, discutidos, e aprovados na última assembleia geral, recomenda-se à Mesa especial enfoque, tendo em vista minimizar os potenciais prejuízos e/ou maximizar as suas valências e potenciar lucros, assegurando assim a solidez financeira para as gerações vindouras: -----

- Na campanha de angariação de irmãos; eventual proposta para subida das quotas; e eventual proposta para eliminação do benefício da isenção aos membros dos órgãos sociais; -----

- Dado o património financeiro detido em depósitos, genericamente não remunerado, considerar avançar parcialmente com as obras de remodelação/beneficiação do edifício do antigo hospital, nomeadamente, do R/C, tendo em vista a sua melhor rentabilização no menor espaço de tempo possível; -----



- Na contratação de uma consultoria externa para análise ao modelo funcional e organizacional das valências com prejuízos, tendo em vista a identificação de pontos de melhoria para inversão dos maus resultados financeiros apresentados nessas valências. -----

Em conclusão: -----

O Conselho Fiscal da Misericórdia de Santo António dá o seu Parecer Favorável ao Relatório de Gestão e Contas de 2019 com as recomendações acima referidas. -----

Uma palavra de apreço e reconhecimento à Mesa Administrativa pela gestão da situação epidemiológica – “Covid 19” que se tem instalado no país e no mundo. A inexistência de casos positivos ao vírus, tanto nos colaboradores como nos utentes, demonstra que foram tomadas todas as medidas preventivas ao efeito. Espera-se que a Instituição continue a tomar as medidas aconselhadas pela Direção-Geral de Saúde e achadas necessárias no combate à situação epidémica ainda ativa. -----

Dada toda a conjuntura associada ao “Covid-19”, prevendo-se no próximo futuro uma situação económica, financeira e social grave a nível mundial, com consequências de crise no país, e particularmente na região, recomenda-se também à Mesa que na medida do possível privilegie o consumo de produtos e serviços na região que nos acolhe, entendendo-se como o contributo da Instituição para o bem-estar social e económico das empresas e gentes da nossa terra. -----

Não havendo outros assuntos a tratar, foi encerrada esta reunião, pelas vinte e uma horas, da qual e para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida na presença de todos, foi aprovada e vai ser assinada. -----

(Eduardo Rodrigues da Silva)

(Joaquim António Tavares Loureiro)

(Maria João Santos Tavares Jorge)



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 178

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 6.555.870 euros e um total dos fundos patrimoniais de 5.953.678 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 116.958 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

1. A nota 14.17 do Anexo divulga informação qualitativa quanto aos efeitos potenciais na atividade da entidade decorrentes da pandemia Covid-19. Conforme admitido pelo órgão de gestão esta situação não põe em causa a prossecução da atividade em termos normais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 281 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Guarda, 11 de Maio de 2020

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81, 2.º
6300 – 688 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt